**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**DOMESTICANDO A PAISAGEM: UM ESTUDO SOBRE VERTICALIZAÇÃO,
MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE EM CAMPINA GRANDE/PB (1996-2012)**

FELIPE CARDOSO DE SOUZA

**CAMPINA GRANDE/PB
DEZEMBRO DE 2019**

FELIPE CARDOSO DE SOUZA

DOMESTICANDO A PAISAGEM: UM ESTUDO SOBRE VERTICALIZAÇÃO,
MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE EM CAMPINA GRANDE/PB (1996-2012)

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande - Campus I, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

CAMPINA GRANDE/PB
DEZEMBRO DE 2019

Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

FELIPE CARDOSO DE SOUZA

DOMESTICANDO A PAISAGEM: UM ESTUDO SOBRE VERTICALIZAÇÃO,
MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE EM CAMPINA GRANDE/PB (1996-2012)

a Banca examinadora foi composta pelos professores::

NOME COMPLETO	TÍTULO	FUNÇÃO
Jose Otavio Aguiar	Dr	ORIENTADOR (A)
Michelly Pereira de Souza Cardoso	Dr	MEMBRO
Gustavo Fausto Alves	Me	MEMBRO

Após a apresentação do trabalho pelo (a) candidato (a), os professores se posicionaram ao trabalho produzido. Após as considerações do (a) candidato (a), a Banca reuniu - se e deliberou pela Aprovado da monografia do aluno, com nota 10 (dez).
Campina Grande-PB, 11 de 12 de 2019.

CAMPINA GRANDE/PB
DEZEMBRO DE 2019

DEDICATÓRIA

*Aos que me visitam em sonhos:
vovó Lourdes e titio Mira (in memoriam), eternos
protetores de minha família.*

E ao pequeno Davi.

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo, pelas oportunidades e condições que até aqui me proporcionaram; à minha família e amigos, pelo apoio de sempre, seja psicológico ou material; e à minha companheira, Joana D'arc, pela coluna que é e sempre foi em todos os momentos da minha vida desde quando nos conhecemos.

Ao meu orientador, José Otávio Aguiar, pela ótima recepção desde o primeiro encontro de orientação, pela atenção, credibilidade, confiança e aconselhamentos; à banca examinadora, pela disposição e contribuição para com a minha pesquisa; e a todos os professores que me formaram durante a graduação, pelos ensinamentos.

Ao Projeto Memória, enquanto estive no PIBIC/CNPq/2016-2017, especialmente nas pessoas de Rosilene, Rafael, Raquel, Fábio e Walmi, pelas contribuições em minha formação; e ao Cursinho Pré-Vestibular Solidário da Universidade Federal de Campina Grande, especialmente nas pessoas de Arthur e Saulo, pela oportunidade de exercitar e desenvolver habilidades em sala de aula, bem como a todos os colegas professores, por todo o auxílio generosamente ofertado.

Ao meu amigo geógrafo Deivid, pela criação do mapa de bairros de Campina Grande, utilizado neste trabalho.

A todos os servidores do CH e da UAHis, pelo bom atendimento de sempre; aos funcionários da limpeza e do RU, por me servirem, facilitando as minhas atividades; e aos servidores da biblioteca e do LAEG, pelos atendimentos cordiais de sempre.

A Carlos (do Amarelinho), Neguinho, Seu Olavo e à Sayonara, pelo bom atendimento; a Thameson (xerox do JR), Júnior (caro) e à Genilda, por me servirem sempre da melhor forma.

À Rosa (minha professora do ensino fundamental) e a Thiago (meu professor do cursinho Aprovação), responsáveis pela minha escolha por cursar História.

E, finalmente, ao CNPq e à CAPES, pela concessão das bolsas (2016-2017 e 2018-2019, respectivamente), me possibilitando um auxílio financeiro para realização deste trabalho.

RESUMO

A presente monografia tem como eixo temático a verticalização urbana de Campina Grande/PB, projeto de modernidade e desenvolvimento citadino recepcionado na urbe a partir da segunda metade do século XX. Como todo projeto de urbanização, faz-se necessário pensar sobre os impactos socioambientais negativos sobre a cidade. Desta feita, a presente pesquisa tem como objetivo problematizar o projeto de verticalização urbana em Campina Grande enquanto um projeto de modernidade e desenvolvimento a partir dos impactos socioambientais promovidos à cidade. Para tanto, as fontes utilizadas constituem-se de entrevistas obtidas por meio da metodologia em História Oral; fontes fotográficas e jornalísticas; e o Plano Diretor da cidade, publicado em 1996 e atualizado em 2006. Para análise destas fontes e construção da nossa narrativa, o campo teórico-metodológico utilizado baseia-se principalmente na interface entre a História Ambiental, a História Cultural e outros campos do saber, destacando a importância da interdisciplinaridade para a pesquisa científica; além do diálogo com autores que discutam a relação entre História e oralidade e, História e fotografia. Buscamos com este trabalho construir uma narrativa que contemple as contradições da história dita do progresso, que narra os prédios e arranha-céus como monumentos de modernidade e desenvolvimento e, exclui os impactos socioambientais que se desenvolvem junto aos processos de urbanização.

Palavras-chave: Verticalização em Campina Grande/PB; Modernidade e Progresso; Impactos socioambientais.

ABSTRACT

This monograph has as its thematic axis urban verticalization of Campina Grande/PB, a project of modernity and city development received in the city from the second half of the XX century. Like every urbanization project, it is necessary to think about the negative social and environmental impacts on the city. Thus, this research aims to problematize the reception of urban verticalization in Campina Grande, while a modernization and development project based on the social and environmental impacts promoted in the city. To this end, the sources used include interviews using methodology in oral history; photographic and journalistic sources; and the city's Master Plan, published in 1996 and updated in 2006. To analyze these sources and the construction of our narrative, the theoretical-methodological field used is mainly used at the interface between Environmental History, Cultural History and other fields of know, highlighting the importance of interdisciplinarity for a scientific research; besides the dialogue with authors that discuss the relation between History and orality and, History and photography. With this work we seek to construct a narrative that contemplates as contradictions of the history of progress, which narrates the buildings and organizes them as monuments of modernity and development, and excludes the social and environmental impacts that develop along the urbanization processes.

Keywords: Verticalization in Campina Grande/PB; Modernity and Progress; Social and environmental impacts.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - E. V. Haughwout Building (1857).....	18
Figura 2 - Equitable Life Building (1870)	18
Figura 3 - Palacete Riachuelo	19
Figura 4 - Apresentação da frota Borborema	25
Figura 5 - Colégio Estadual da Prata anos 1950.....	26
Figura 6 - Edifício O Palomo em construção (1966).....	27
Figura 7 - Edifício O Lucas (década de 1970)	28
Figura 8 - Edifício O Rique (década de 1960)	28
Figura 9 - Centro de Campina Grande na década de 1960.....	29
Figura 10 - Centro de Campina Grande na década de 1970 visto pelo bairro Alto Branco.....	30
Figura 11 - Centro de Campina Grande na década de 1980.....	30
Figura 12 - Açude Velho nos anos 1980.....	31
Figura 13 - Açude Velho na década de 1970	31
Figura 14 - Açude Velho na década de 1970	32
Figura 15 - Monumento Pioneiros da Borborema em 1971	32
Figura 16 - Evolução cronológica do Açude Velho	39
Figura 17 - Açude Velho em 2012.....	40
Figura 18 - Açude Velho em 2012.....	40
Figura 19 - Açude Velho em 2012.....	41
Figura 20 - Início da construção do Shopping Iguatemi (1997).....	42
Figura 21 - Shopping Boulevard em 2010	42
Figura 22 - Bairro da Prata em 2012.....	43
Mapa 1 - Verticalização em Campina Grande (2009)	43

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1	
CAMPINA GRANDE NAS TEIAS DO PROGRESSO	
1.1 Verticalização, modernidade e progresso	17
1.2 Campina Grande nas teias do progresso.....	22
CAPÍTULO 2	
POR UMA CIDADE DESEJADA: O INÍCIO DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE	
2.1 Os primeiros edifícios (1960-1980)	27
2.2 Verticalização em Campina Grande: Um projeto de “grandeza”	33
CAPÍTULO 3	
POR UMA CIDADE QUE SE DIZ GRANDE: A CAMPINA DO SÉCULO XXI E AS CONTRADIÇÕES DO PROGRESSO	
3.1 Campina Grande: A cidade (vertical) do século XXI	37
3.2 Dos impactos socioambientais.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
FONTES E ARQUIVOS.....	62

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem como eixo temático a verticalização urbana de Campina Grande/PB, projeto de modernidade e desenvolvimento citadino recepcionado na urbe a partir da segunda metade do século XX. Esta pesquisa teve início a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/Procad) intitulado *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)*, financiado pela CAPES¹ e desenvolvido sob orientação do professor Dr. José Otávio Aguiar² entre o período de 2018 e 2019.

Dissertar sobre o tema dialoga com minhas próprias memórias, pois lembro-me da casa onde residia minha avó, onde vivi minha infância e adolescência, casa que todo ano recepcionava meus tios e primos que residiam em outras cidades. Casa em que se construiu parte da história da nossa família, lugar de onde pela última vez minha vó partiu para fazer um tratamento contra uma leucemia, que a levou para o descanso eterno e, ali, naquela casa, temos as últimas lembranças dela. Esta casa, após isso, foi destruída e hoje é apenas um terreno abandonado com a faixa completamente tomada por anúncios do capitalismo. Desta feita, dissertar sobre o tema é como olhar para esta casa e sentir que, lamentavelmente, não somente as estruturas da casa foram destruídas, mas sensibilidades e memórias.

A partir do desenvolvimento deste trabalho percebi que a verticalização em Campina Grande faz³ parte de um projeto modernizante de cidade e de nação associado a questões políticas e econômicas, mas que os custos desse projeto de urbanização são catastróficos a níveis socioambientais. A exemplo destes problemas citamos a relação existente entre patrimônio e capitalismo, uma vez que este se apropria do patrimônio para os seus interesses; a destruição ao patrimônio e às memórias individuais afetivas e sensíveis da sociedade que se constroem junto a estes patrimônios; e, alterações climáticas, que, por sua vez, derivam outros problemas, a exemplo de problemas respiratórios na população.

A partir da construção destas problemáticas, delimitamos enquanto objetivo principal deste trabalho problematizar o processo de verticalização urbana em Campina Grande enquanto

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Professor da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I.

³ O verbo encontra-se no presente porque compreendemos que a verticalização em Campina Grande é um projeto que ainda se encontra em constante desenvolvimento.

um projeto de modernidade e desenvolvimento a partir dos impactos socioambientais promovidos à cidade, entre o período de 1996 e 2012.

A respeito do termo “socioambientais”, o entendemos enquanto uma relação indissociável, em que a ação do homem sobre a natureza produz uma resposta desta sobre a humanidade (LEONEL, 1998). Sobre este recorte temporal, destacamos inicialmente a dificuldade que há em recortar um trabalho que dialoga com a História Ambiental em função da necessidade que há em recuperar aspectos históricos anteriores ao estudado.

No entanto, numa tentativa de estabelecer um recorte compreensivo, delimitamos como início 1996 por demarcar um momento em que se intensificou o processo de verticalização na cidade, sobretudo para fins residenciais, com a criação do Plano Diretor de Campina Grande, em 1996 e sua atualização em 2006; e nos estendemos até 2012 em função de marcar o auge da verticalização da cidade, que foi entre 2007 e 2012, período em que cerca de 100 prédios novos com mais de 10 andares foram construídos no município⁴, um número assustador ao se pensar nos danos socioambientais causados à cidade em nome dos interesses do capital contemporâneo e da ânsia por modernidade e progresso.

Outra consideração importante acerca do nosso recorte temporal está no fato deste se aproximar da chamada “História Imediata”, ou do “tempo presente”. Neste sentido, destacamos o que Sevcenko (2001) chama atenção:

Deixamos para pensar nos prejuízos depois, quando pudermos. Mas o problema é exatamente esse: no ritmo em que as mudanças ocorrem, provavelmente nunca teremos tempo para parar e refletir, nem mesmo para reconhecer o momento em que já for tarde demais (SEVCENKO, 2001, p. 17).

A escolha pelo estudo de caso de Campina Grande se deu em razão da Paraíba estar entre os 10 estados que mais se verticalizaram entre os anos de 2000 e 2010, sendo João Pessoa uma das capitais com maior aumento neste processo⁵. E Campina Grande é a 57ª maior cidade do país, segundo o site Exame⁶, além de possuir um setor industrial importante para o estado da Paraíba, para a região e para o país, segundo Pereira (2008). De acordo com estimativas

⁴ Dados obtidos a partir do projeto de pesquisa de Iniciação Científica *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)* outrora mencionado.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O aumento da verticalização no país. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-aumento-da-verticalizacao-no-pais.html>> Acesso em 04 de junho de 2019.

⁶ SOUZA, Beatriz. As 200 cidades mais populosas do país. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-200-cidades-mais-populosas-do-brasil/>> Acesso em 04 de junho de 2019.

recentes do IBGE, do ano de 2018, a população de Campina Grande era de 407.472 habitantes⁷, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba. Um dos setores mais promissores de trabalho nas últimas décadas tem sido o da construção civil.

Em uma primeira prospecção ao “estado da arte”, realizamos uma revisão bibliográfica através dos repositórios institucionais da CAPES, da UFCG, UFPB, UFPE e UFRN⁸. Entretanto, nesta primeira prospecção ao “estado da arte”, pensando Campina Grande enquanto um objeto de pesquisa, percebemos que a produção historiográfica sobre a cidade nos enfoques da História Ambiental ainda é um campo pouco explorado, apesar de uma bibliografia relativamente vasta sobre a cidade.

Sobre a história de Campina Grande, por sua vez, encontramos uma produção relativamente vasta⁹. Em uma breve revisão, destacamos os trabalhos de Aranha (2001), que escreveu sobre a chegada do trem em Campina Grande enquanto um símbolo de modernidade; de Souza (2002), que escreveu sobre sociedade, cultura e práticas de divertimento em Campina Grande; de Cabral Filho (2006), que escreveu sobre as imagens da cidade e as experiências modernizantes destas; de Sousa (2001), que escreveu sobre os homens das letras e populares em Campina Grande.

A produção sobre a cidade ainda conta com o trabalho de Nascimento (2007), que escreveu sobre prostituição em Campina Grande; de Agra do Ó (1996), que escreveu sobre a Educação em Campina Grande; de Agra (2008), que escreveu sobre campo, cidade, modernidade e sensibilidades em Campina Grande a partir do tecnicocientificismo; de Lima (2008), que escreveu sobre história social da escravidão em Campina Grande; e de Nascimento (1997), que escreveu sobre modernidade, espaços e disciplinas em Campina Grande no início do século XX.

Por razão do volume expressivo de trabalhos, reconhecemos nossa limitação em mencionar toda a produção acadêmica sobre Campina Grande, contudo, destacamos que um campo ainda pouco explorado na historiografia da cidade é o da História Ambiental. Dentro

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>> Acesso em 04 de junho de 2019.

⁸ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#>; Universidade Federal de Campina Grande: <http://ppgh.ufcg.edu.br/index.php/processo-seletivo>; Universidade Federal da Paraíba: <https://repositorio.ufpb.br/>; Universidade Federal de Pernambuco: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50>; e Universidade Federal do Rio Grande do Norte: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11965>, respectivamente.

⁹ Utilizamos o termo “relativamente” considerando que alguns campos ainda foram pouco visitados, a exemplo do campo da verticalização urbana da cidade, um campo da historiografia local ao qual nos inserimos.

dos enfoques da História Ambiental localizamos os trabalhos de Aguiar (2015; 2016; 2017; 2019), bem como a sua atividade no desenvolvimento de pesquisas a nível de Iniciação Científica sobre a verticalização urbana de Campina Grande; de Alves (2015; 2017), que escreveu sobre a militância da APAN (Associação Paraibana Amigos da Natureza) nas questões ambientais na cidade de João Pessoa/PB e sua articulação contra a construção de espigões na orla da cidade; e o trabalho de Silva (2008), que escreveu sobre o lixão de Campina Grande a partir da abordagem da História Ambiental em interface com a História Social.

Desta feita, esta pesquisa se insere neste campo, no intuito de contribuir para uma área ainda pouco visitada na historiografia local. Entretanto, destacamos que este foi o primeiro desafio que assumimos, o de escrever algo relativamente inovador em contribuição à uma historiografia local relativamente vasta¹⁰.

A respeito das fontes utilizadas neste trabalho, constituem-se principalmente de fontes orais e fotográficas. Metodologicamente, ainda lançamos mão de outras fontes em confronto às fontes principais, na tentativa de buscar verossimilhança à narrativa, como fontes jornalísticas. Ao todo, utilizamos quatro entrevistas que compõem o arquivo do projeto de Iniciação Científica mencionado, sendo a escolha destas entrevistas feita a partir dos eixos temáticos e objetivos que estabelecemos para a pesquisa. As fotografias utilizadas compõem, principalmente, o acervo digital Retalhos Históricos de Campina Grande; e as matérias jornalísticas coletadas em parte do acervo do jornal Diário da Borborema, localizado na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, em Campina Grande/PB.

O primeiro colaborador, o arquiteto campinense Geraldino Pereira Duda, concedeu ao projeto de Iniciação Científica uma entrevista importante para pensarmos no projeto de cidade o qual a verticalização atendeu ao caso de Campina Grande, nesta segunda metade do século XX; o segundo colaborador, o historiador residente em Campina Grande Francisco Henrique Duarte Filho, narrou suas memórias de infância e lastimou a destruição de lugares em que brincava com seus amigos, possibilitando a crítica sobre a destruição do patrimônio da cidade que, por sua vez, destrói também as próprias memórias individuais e afetivas dos moradores.

A terceira colaboradora, Maria do Socorro, por sua vez, narrou parte de suas memórias da Campina Grande da década de 1980, bem como suas percepções a respeito das transformações urbanas que a cidade passou; por fim, nosso quarto colaborador, de pseudônimo

¹⁰ Utilizamos o termo “relativamente” considerando que alguns campos ainda são pouco explorados, a exemplo do campo da História Ambiental da urbe.

Antônio¹¹, concedeu uma entrevista importante para pensarmos a relação problemática entre verticalização e patrimônio coletivo. A escolha destes colaboradores se deu em razão de Duda representar uma autoridade na arquitetura cidadina e ter feito parte do processo de verticalização da cidade; Francisco Henrique e Maria do Socorro por morarem na cidade desde a década de 1970, sendo, portanto, um acervo de memórias e, Antônio, pela sua área de atuação oferecer um importante acervo de informações, os quais veremos no decorrer do trabalho.

Enquanto instrumentos para análise das fontes e para construção da nossa narrativa, o campo teórico-metodológico utilizado baseia-se principalmente no campo da História Ambiental, no entanto, fizemos a interface com a História Cultural e outros campos do saber, como a Filosofia, a Sociologia, a Arquitetura e a Geografia, destacando a importância da interdisciplinaridade para a pesquisa científica; além do diálogo com autores que discutam, metodologicamente, a relação entre História e oralidade e, História e fotografia.

Neste sentido, Morin (2003) explica que a interdisciplinaridade contribui no sentido em que esta apresenta

troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica. [...] São os complexos de inter-multi-trans-disciplinaridade que realizaram e desempenharam um fecundo papel na história das ciências; é preciso conservar as noções chave que estão implicadas nisso, ou seja, cooperação; melhor, objeto comum; e, melhor ainda, projeto comum (MORIN, 2003, p. 115).

Outra questão que o autor sugere é que a interdisciplinaridade parte de uma necessidade, pois, para ele, há uma complexidade na ciência e no fazer científico, e que, portanto, a prática da interdisciplinaridade auxilia para a construção de uma narrativa multidimensional sobre aquele dado objeto, enriquecendo, desta forma, a pesquisa (MORIN, 2003; 2007).

Outro ponto discutido no campo acadêmico e que gostaríamos de recuperar o debate em função deste estar presente na análise dos dados de qualquer pesquisa científica é sobre a neutralidade científica. Edgar Morin (2003; 2007) considera que não há certezas nem verdades absolutas na ciência ou um saber acabado, há um mundo com leis objetivas, mas observado por um observador que carrega uma carga de subjetividade, neste sentido “o mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo” (MORIN, 2007, p. 43). Ou seja, há uma troca de experiências e formas de representar o mundo e conceber ideias a partir das particularidades e individualidades do pesquisador.

¹¹ Utilizamos todas as informações deste colaborador em confidencial em função de, ao final, as informações terem deixado o colaborador inseguro. Por esta razão, retiramos todo tipo de informação que identifique o colaborador ou qualquer outra parte.

Destacamos ainda que os campos da História Ambiental e da História Cultural assumem um posicionamento crítico a respeito da forma de se fazer História antes do século XX. Para Worster (1991), a História Ambiental emergiu em um momento de renovação historiográfica, afirmando que houve uma grande diferença na forma de se fazer História: durante o século XIX e início do século XX o assunto mais importante era a política e os conchavos entre os grandes personagens políticos; mas, no decorrer do século XX, “os estudiosos começaram a desenterrar camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas comuns, e tentaram reconceituar a história ‘de baixo para cima’” (WORSTER, 1991, p. 198).

Neste sentido, a História Cultural se apresenta enquanto um campo que tem como um dos seus objetivos a narrativa das subjetividades, das representações, das percepções individuais, dos homens em seus próprios paradigmas de percepção do mundo e das transformações ao seu redor.

São objetos de estudo da História Cultural:

Cultura, representação, imaginário, sensibilidades, memória e subjetividade, em associação com uma atitude hermeneuta, são assim, pois, conceitos reapropriados pelos investigadores do passado no terreno da cultura, que nesses vinte últimos anos construíram uma corrente historiográfica consolidada. Esses conceitos formam como que um marco e um guia para a percepção do historiador, a iluminar seu olhar sobre o acontecido e a possibilitar que ele construa seu tema enquanto objeto, ou seja, que o problematize, lançando perguntas e questões ao passado, empenhando-se em encontrar possíveis respostas (PESAVENTO, SANTOS, ROSSINI, 2008, p. 16).

Para Pesavento (2003),

toda experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, precisando ser objetivada em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva (PESAVENTO, 2003, p. 132).

Enquanto categorias de análise, dialogamos com Worster (1991; 1994) para pensarmos na relação existente entre transformações paisagísticas e interesses políticos e econômicos; com Ladurie (1974), Berman (1986) e Lefebvre (2006) para pensarmos na relação existente entre projetos de urbanização, modernidade e impactos socioambientais; e com Pesavento (2007) e Chartier (1990), para pensarmos sobre o conceito de “cidades imaginadas” enquanto uma representação dos pensamentos e desejos humanos. Metodologicamente, dialogamos ainda com Kossoy (2001) para compreendermos a relação entre História e fotografia e, com Alberti (2005) para pensarmos a relação entre História e oralidade

Metodologicamente, para Kossoy (2001), o registro fotográfico

ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético, etc.); essa fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração (tecnologia empregada) e nos mostra um fragmento selecionado do real (o assunto registrado) (KOSSOY, 2001, p. 39).

A História Oral, por sua vez, se apresenta enquanto um campo promissor para pesquisas que se utilizam da História Imediata enquanto recorte temporal e suas potencialidades para investigação de problemas ambientais contemporâneos. Para Alberti (2005, p. 158), a História Oral se coloca “em oposição à História da civilização e do progresso” apresentando-se, portanto, de forma engajada no questionamento a este projeto de modernidade e desenvolvimento o qual problematizamos neste trabalho. A História Oral ainda nos permite localizar sujeitos históricos em seus próprios paradigmas de percepção das transformações sociais que o atravessam, fornecendo ao pesquisador a possibilidade de captar emoções e silêncios.

Finalmente, o trabalho se divide em três capítulos, que estão dispostos e articulados da seguinte forma: No primeiro capítulo, analisamos a relação existente entre verticalização urbana e modernidade e, como Campina Grande se insere historicamente nos limites da modernidade e do progresso, dando um indicativo da chegada da verticalização na urbe enquanto um novo símbolo de modernidade. No segundo capítulo, analisamos os interesses políticos e econômicos que moveram o projeto de verticalização da cidade. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos como o processo de verticalização na cidade cresce exponencialmente a partir da publicação do Plano Diretor de 1996 e sua atualização em 2006 e, quais os impactos socioambientais deste projeto sobre a cidade.

CAPÍTULO 1

CAMPINA GRANDE NAS TEIAS DO PROGRESSO

*Do pequeno vilarejo veio a emancipação / Campina foi crescendo /
Crescer sempre foi seu lema / E hoje é Campina Grande / Rainha da
Borborema (MARINÊS. Campina Centenária, 1964).*

1.1 Verticalização, modernidade e progresso

A ideia de verticalizar é antiga, a exemplo das torres das cidades antigas, a torre de babel apresentada na narrativa bíblica, as torres das igrejas católicas, a partir sobretudo do medievo, os grandes feudos medievais e sua cultura material, dentre outras demonstrações possíveis na história. Portanto, a ideia de verticalizar não é algo novo na mentalidade humana.

No entanto, a partir do século XX percebemos uma reconfiguração no conceito de “cidade”, marcada pelos ideais de “progresso” que impulsionaram projetos de urbanização a partir do século XIX, a exemplo da criação de jardins botânicos, praças e bulevares enquanto símbolos de modernidade e de uma “civilização” da paisagem citadina (ELIAS, 1994), dentre outros “símbolos do moderno” nas cidades, como cinema, energia elétrica e universidades.

De acordo com Nash (1970), toda paisagem ao nosso redor é um documento histórico que representa a história que aquele povo escreve sobre si mesmo, apresenta-se enquanto um documento de autoafirmação do homem. Neste sentido, Worster (1991) afirma que

os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais consequentes delas tem o nome de “natureza”. Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados (WORSTER, 1991, p. 13, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor, a paisagem “é também uma criação das nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados” (WORSTER, 1991, p. 13).

A partir do desenvolvimento da tecnologia do elevador, no século XIX, alguns dos primeiros prédios que impulsionaram o processo de verticalização dos grandes centros urbanos

a partir do século XIX até início do século XX são o E. V. Haughwout Building e o Equitable Life Building, construídos em 1857 e 1870 respectivamente na cidade de Nova Iorque.

Figura 1 - E. V. Haughwout Building (1857)

Fonte: Internet. Disponível em <<https://vetraelevadores.com.br/wp-content/uploads/2016/08/edif.png>> Acesso em 13/12/2019.

Figura 2 - Equitable Life Building (1870)

Fonte: Internet. Disponível em <http://s3-eu-central-1.amazonaws.com/wp-urbanhub-upload/wp-content/uploads/2016/05/19110752/600_equitable_life_assurance_building-520x391.jpg> Acesso em 8/10/2019.

Estes primeiros prédios impulsionam os processos de verticalização urbana movidos nas cidades menores durante o século XX, inserindo estas cidades em sintonia com a modernidade. Segundo Jacques Le Goff, a partir do século XX as cidades “desafiam o céu, não mais num impulso em direção a Deus, mas numa afirmação do homem” (LE GOFF, 1998, p. 126), cidades também marcadas por uma paisagem que, segundo Berman (1986), é

altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais, prolíficas cidades que crescerem do dia para a

noite, quase sempre com aterrorador de consequências para o ser humano (BERMAN, 1986, p. 18, grifo nosso).

Percebemos, portanto, a partir do século XX e da experiência moderna uma nova configuração de cidade, com a instituição de símbolos do moderno, conforme grifados na citação anterior. Sobre estes símbolos da modernidade, aos quais se insere a verticalização urbana, Aranha (2003) afirma que

essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista que esta cidade passa a ser moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado (ARANHA, 2003, p. 80).

Neste sentido, aquilo que se é produzido nos grandes centros urbanos instituem-se enquanto modelos e passam a ser reproduzidos nas cidades de menor porte, inserindo estas nos limites da modernidade e do progresso. Como bem observou o historiador Antônio Paulo Rezende, esta tal ideia de progresso enfeitiça os homens (REZENDE, 1992).

No Brasil, um dos primeiros edifícios construídos data-se de 1912, na cidade de São Paulo/SP, construído para fins comerciais. Para fins habitacionais, por sua vez, o primeiro edifício construído foi o Palacete Riachuelo, em 1928 também na cidade de São Paulo/SP.

Figura 3 - Palacete Riachuelo¹²

Fonte: Internet. Disponível em <<https://abrilvejas.files.wordpress.com/2016/12/palacete-riachuelo.jpeg?quality=70&strip=info&w=400>> Acesso em 17/10/2019.

Todavia, alguns autores chamam atenção para as consequências deste progresso, que

¹² Ressaltamos que não conseguimos localizar uma fotografia do edifício da época de sua construção, no entanto, considerando a importância de recuperarmos alguns aspectos históricos do processo de verticalização no Brasil consideramos importante a exposição da fotografia do palacete.

contradizem o próprio conceito de “progresso”. Para Berman (1986), as cidades crescerem do dia para a noite, mas “quase sempre com aterrador de consequências para o ser humano” (BERMAN, 1986, p. 18, grifo nosso). Ladorie (1974) chama atenção para “as mazelas de origem urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante” (LADURIE, 1974, p. 29 apud WORSTER, 1991, p. 200-201, grifo nosso).

A respeito destas mazelas de origem urbana e industrial, Lefebvre (2006) destaca que “a cidade industrial [...] precede e anuncia a zona crítica. Nesse momento, a implosão-explosão produz as consequências” (LEFEBVRE, 2006, p. 25, grifo nosso). Em explicação à tese do autor, Almeida (2018) afirma que

a implosão, pelo autor, é interpretada como tendência à aglomeração, verticalização nas áreas centrais, significando uma retomada dessas áreas como espaços privilegiados. Já a explosão, segundo Lefebvre, corresponde a um processo de urbanização estendida, resultando na ocupação de áreas distantes das centralidades principais (ALMEIDA, 2018, p. 2300).

Estas consequências apontadas pelos autores sugerem uma relação conflituosa entre modernidade e desenvolvimento, no sentido em que novos problemas socioambientais surgem ao passo que a cidade é modificada pelas ações humanas, como é o caso da verticalização. E estes problemas se agravam ao passo que o homem age sobre esse ambiente de forma mal planejada, a exemplo do desenvolvimento de Londres e Paris no século XIX enquanto os mais importantes centros urbanos do mundo, em que, segundo Bresciani (1994), no mesmo ritmo de crescimento citadino cresciam também problemas socioambientais, como problemas em relação ao tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico e higiene, não muito diferente das cidades contemporâneas.

No Brasil, a República já foi inaugurada a partir dos ideais de progresso de Augusto Comte¹³, a começar pela criação da própria bandeira nacional, semióforo maior em que tremulam as palavras “ordem e progresso”. A partir da proclamação da República no Brasil, a ideia de progresso é tratada como prioridade, marcando o início de uma nova república no mundo alinhada às transformações que estavam acontecendo nesta transição do século XIX para o século XX.

Em destaque às faces obscuras desse “progresso”, citamos a reforma urbana de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro/RJ no início do século XX, um projeto de “limpeza” social

¹³ Cf. Hobsbawm (1977, p. 135).

em nome do progresso, em que modernizar seria retirar pobres, negros e cortiços do centro da cidade. Sobre essa nova configuração das cidades industriais a partir do século XX, Lefebvre (2006) afirma que “a nova classe dominante expulsa do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a urbanidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 15).

Chamamos atenção para a questão do patrimônio material das cidades, em que o velho e o novo sempre estarão em disputa a partir de projetos de urbanização, em que quem detêm o poder político-econômico define o que é novo e o que velho, obsoleto, gerando perdas ao patrimônio material da cidade e à história da arquitetura, visto que as edificações são um museu à céu aberto. Citamos como exemplo as mudanças arquitetônicas no Brasil, chamando atenção para a problemática da destruição do velho e sua substituição pelo novo, a exemplo da substituição da arquitetura Neoclássica para a Eclética (década de 1920), da Eclético para a Neocolonial e *Art Déco* (década de 1930), e finalmente, para a arquitetura modernista da década de 1950.

Em Campina Grande, citamos uma das reformas mais conhecidas: a de Vergniaud Wanderley¹⁴, em que casas foram demolidas no centro de Campina Grande para trazer um novo formato de modernidade: o *Art Déco*. Percebemos a substituição do velho em nome do novo, alinhando-se aos grandes centros urbanos, que definem o que é novo e o que é velho, o que é modernidade e o que é progresso, sempre na corrida incansável rumo ao progresso. O problema, deixando claro, não é a substituição, mas as perdas patrimoniais, que se traduzem em perda de memórias locais - coletivas e individuais, dentre outras consequências passíveis de análise.

Permanecendo no tema de Campina Grande nas teias do progresso, destacamos ainda o trabalho de Agra (2006), que pesquisou sobre a higiene de Campina Grande enquanto um fenômeno modernizante, em que o saber científico de medicalização inseria a cidade nos limites do progresso. Segundo o autor, “a cidade e seus moradores se tornaram corpos doentes a serem medicados em nome do progresso” (AGRA, 2006, p. 12).

¹⁴ Vergniaud Wanderley foi gestor da cidade entre os períodos de 1935-1938, e de 1940-1945.

1.2 Campina Grande nas teias do progresso

A partir de uma revisão bibliográfica e documental sobre Campina Grande, percebemos que os primeiros escritores a escreverem sobre a urbe inserem em suas narrativas um teor de predestinação da cidade ao progresso, a exemplo de Câmara (1947), Almeida (1962) e, Joffily (1892), bem como a representação da cidade feita nas manchetes do jornal o *Gazeta do Sertão*, de propriedade de Irineu Joffily, que circulou entre os anos de 1889 e 1891. Não somente nos escritos destes primeiros escritores da história de Campina Grande, mas em outros veículos de comunicação, como a imprensa, percebemos como aos poucos um imaginário de grandeza sobre a cidade vai se construindo.

O início da história de Campina Grande já sugere pensar uma história de grandeza quase profética. As origens de Campina Grande, enquanto um pequeno povoado, datam de 1701 quando, na ocasião, é construída uma capela a mando do governador da Capitania para consolidar um trabalho de catequização iniciado em meados de 1697, liderado por um padre italiano. A capela do pequeno povoado foi elevada à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição¹⁵ e, através da Carta Régia de julho de 1766, o povoado é elevado à categoria de vila, passando a se chamar “Vila nova da Rainha”.

Todavia, mesmo depois da nova denominação, os sitiantes¹⁶ continuavam a chamar a região de “campina grande”. Apesar de parecer quase profético, a referência se dá pelas características geográficas da região, que de acordo com Sampaio (1938), “campina” é um campo sem árvore, limpo. Apesar de tornar hábito a referência de “campina grande”, em 1817, o padre Manuel Aires de Casal escreve que a “Villa da Rainha, vulgo Campina-Grande, por estar solitária numa dilatada planície, obra de 35 leguas da Capital, não passa ainda de pequena; porem mui frequentada, em razão de lhe passar por dentro a estrada real do sertão” (CASAL, 1947, p. 205, grifo nosso).

Portanto, Campina Grande já nasce com a referência de grande, como que de forma profética, ainda que nas palavras do padre Manuel Aires de Casal fosse uma vila de região solitária e pequena. Sua localidade, que ligava o sertão à Capital foi um elemento fundamental

¹⁵ A Paróquia Nossa Senhora da Conceição é popularmente chamada de “Catedral” e situa-se em um dos pontos mais antigos da cidade, na Av. Mal. Floriano Peixoto.

¹⁶ Moradores da vila e dos seus arredores, bem como os comerciantes que na vila passavam, visto que a vila tornara referência comercial em toda a região e parada obrigatória para os viajantes que por ela passavam.

para o desenvolvimento da vila, que, em 11 de outubro de 1864, a partir da Lei Provincial nº 183, foi elevada à categoria de cidade, já com o nome oficial de “Campina Grande”.

Elpídio de Almeida, médico paraibano que se mudou para Campina Grande em 1924, ao escrever sobre a história de Campina Grande e sua prosperidade, afirma que

não foi difícil a Teodósio dar desenvolvimento ao núcleo iniciado com o grupo de ariús. Dadas as condições favoráveis do sítio, a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente, a sua localização: ponto de passagem preferido nas comunicações entre o litoral, cedo conseguiu atrair parentes, colonos brancos, índios mansos, com o que assegurou a prosperidade do lugar (ALMEIDA, 1979, p.37-38).

Almeida parte da ideia de que Campina Grande tinha todas as condições para ser próspera. Em sua obra, o escritor também destaca a participação de Irineu Joffily para a projeção de Campina enquanto uma cidade de progresso. A importância de Joffily se deu a partir da sua atuação enquanto jornalista, ao fundar o primeiro jornal da cidade - *Gazeta do Sertão*, momento de grande efervescência no campo político em função da Proclamação da República, em 1889. Segundo Gomes (2012), o regime republicano precisava se legitimar e, Joffily, enquanto republicano, trouxe os ideais republicanos para as páginas do *Gazeta do Sertão*, inserindo, desta forma, Campina Grande nos limites do novo regime e, conseqüentemente, no progresso impulsionado por este novo contexto.

Elpídio de Almeida faz uso de algumas citações do *Gazeta do Sertão* para enaltecer a grandeza da cidade, a exemplo desta seguinte:

A Cidade de Campina, foi nessa calamitosa época¹⁷, a terra da promessa para onde afluíram aos milhares os habitantes do alto sertão; nela fizemos um centro de salvação e vida, donde, depois da crise, regressaram a seus lares inúmeras famílias que não precisaram ir mais adiante buscar segurança à sua exigência nem a garantia à sua honra (*Gazeta do sertão*, 1890 apud ALMEIDA, 1979, p. 164).

Almeida (1995) ainda destaca que Campina Grande no século XIX era um “lugar com mais possibilidades de desenvolvimento, se provido dos recursos necessários” (BORGES; ALMEIDA, 1995, p. 413). E, ao referir-se ao Açude Velho, destaca que este “resistiu às estiagens mais inclementes. Suportou sobranceiro às secas de 1845 e 1877, retendo água o suficiente para acudir às urgências da calamidade. Foi a salvação de todos. Evitou o êxodo total” (BORGES; ALMEIDA, 1995, p. 107). Desta forma, segundo Almeida, o Açude Velho foi fundamental para a projeção de Campina Grande, visto que a cidade foi o destino de muitos

¹⁷ O Açude Velho começou a ser construído em 1828, onde antes havia o Riacho das Piabas, atual centro da cidade. E sobre a calamitosa época à qual o jornal faz referência, foi a época da grande seca que o Nordeste enfrentou entre o período de 1877 e 1879. Em sua obra, Elpídio dedica um capítulo para tratar deste evento.

nas secas e, sendo Campina Grande uma parada obrigatória para os viajantes que iam do sertão à capital, continuou a fornecer água para estes e para seus animais, assegurando, desta forma, o desenvolvimento do seu comércio.

Portanto, de forma quase profética, a Vila Nova da Rainha é referenciada como “campina grande” e, Almeida escreve a história da cidade trazendo recortes que atestam o processo histórico de Campina Grande como uma cidade predestinada a ser grande. Para Câmara (1947), verificamos que, não somente predestinação, mas dadas as condições, Campina Grande tinha um destino histórico de grandeza.

Destacamos que, para além das condições, a localização geográfica da cidade, segundo Almeida, se inseria também enquanto um diferencial para este destino quase profético da cidade. Chamamos atenção para esta concepção de localização geográfica enquanto um diferencial à época, enquanto reprodução da ideia de determinismo geográfico, do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904), teoria esta que já foi revisitada e confrontada por outras concepções teóricas, com destaque para a teoria de possibilismo geográfico, do geógrafo Paul Vidal de La Blache¹⁸.

A partir do século XIX, acompanhando as práticas das cidades maiores na tentativa de acompanhar os padrões de modernidade destas, a cidade começa a recepcionar alguns símbolos modernos. A exemplo, mencionamos a chegada da linha férrea e da luz elétrica entre o fim do século XIX e início do século XX¹⁹; bem como a chegada do cinema, com o Cinema Cine-Theatro Apolo em 1912 e o Cine Fox em 1918; e, da Escola Politécnica na década de 1950, com a justificativa de que Campina era muito grande para não ter ainda uma instituição de nível superior de ensino, visto que as capitais já possuíam. Ainda neste recorte, destacamos a era do algodão, em que a cidade ostentou o título de Liverpool brasileira, por ser a segunda maior exportadora de algodão do mundo.

Em 1949, na ocasião da inauguração do Posto Esso em Campina Grande, o jornal Diário de Pernambuco destaca este momento enquanto uma conquista da cidade nos limites do progresso:

Será inaugurado amanhã, às 10 horas, o Posto Esso de Campina Grande, situado próximo ao Grande Hotel e operado pela firma T. Alves de Souza. Imponente edifício, construído sob os mais modernos requisitos técnicos, está o novo Posto dotado de eficiente equipamento para abastecimento e lubrificação de automóveis e caminhões, dispondo de pessoal devidamente treinado, apto a prestar um serviço perfeito e cortez.

¹⁸ Para saber mais sobre estas concepções teóricas ver Correa (1997).

¹⁹ Cf. Aranha (2003).

A inauguração do Posto Esso, que assinala mais um marco no progresso de Campina Grande, será presidida pelo prefeito, dr. Elpídio Almeida, devendo seguir desta cidade, uma caravana de funcionários da Standard Oil Company of Brazil, sob a presidência do sr. Harold Cecil Morrissy, gerente da Região Norte (Diário de Pernambuco apud Retalhos históricos de Campina Grande)²⁰.

Na década de 1950, a empresa de transportes Borborema faz uma apresentação ao público campinense de sua frota de carros, apresentando a cidade nos limites da modernidade a partir dos carros enquanto símbolos modernos, além de uma afirmação de poder da empresa, conforme fotografia abaixo:

Figura 4 - Apresentação da frota Borborema

Fonte: Acervo da Empresa Borborema. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS#.XI3QFyhKjIX> Acesso em 23/6/2019.

Semelhantemente, o simples ato de capturar uma fotografia representa uma intencionalidade (KOSSOY, 2001). Neste sentido, a produção da fotografia a seguir, do Colégio Estadual da Prata em Campina Grande, sugere pensarmos sobre a representação de poder da cidade, considerando a importância da instituição para a urbe sobretudo na primeira metade do século XX.

²⁰ Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2018/06/o-inesquecivel-posto-esso-por-jonatas.html#.XQ-yQOhKjIU> Acesso em 23/6/2019.

Figura 5 - Colégio Estadual da Prata anos 1950

Fonte: Acervo do Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2013-01-18T14:30:00-03:00&max-results=20&start=250&by-date=false#.XI3tziHkjlU> Acesso em 23/6/2019.

Sugerimos pensar, portanto, no registro da fotografia enquanto uma representação também de modernidade, semelhantemente à fotografia anterior, da frota Borborema.

Desta feita, analisando como a verticalização se define enquanto um símbolo de modernidade e desenvolvimento citadino e, como Campina Grande recebe símbolos da modernidade, percebe-se um indicativo de que a verticalização urbana seria um projeto a chegar na urbe, o que ocorre a partir de fins de anos 1950 e anos 1960 com a construção dos primeiros edifícios.

Neste sentido, o próximo capítulo se lança a analisar como a verticalização se torna um projeto urbanístico para a cidade, com ênfase nos interesses políticos e econômicos que não somente impulsionaram a construção destes primeiros prédios, mas se alinham aos discursos de grandeza historicamente produzidos sobre a cidade.

CAPÍTULO 2

POR UMA CIDADE DESEJADA: O INÍCIO DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

Nos movimentos da vida, o que é horizontal é monótono, continuísta. Verticalizar é crescer, progredir. A verticalização da cidade de Campina Grande confirma sua vocação progressista de todos os tempos (Colaborador Geraldino Duda, 2015).

2.1 Os primeiros edifícios (1960-1980)

A partir de da década de 1960, Campina Grande começou a experienciar um processo de verticalização ainda tímido, a partir da construção dos edifícios *O Rique*, *O Palomo* e *O Lucas* (Figuras 7, 8 e 9), alinhando a cidade a um processo de verticalização em curso no Brasil desde os anos 1920 e produzindo, a partir da presença destes edifícios, novas sensibilidades campinenses, traduzidas por sentimentos de modernidade, de “sintonia com o mundo civilizado” (ARANHA, 2003, p. 80).

Figura 6 - Edifício O Palomo em construção (1966)

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em

<<http://cgretalhos.blogspot.com/2011/04/memoria-fotografica-edificio-lucas.html#.XfPlyOhKjIU>> Acesso em 13/12/2019.

Figura 7 - Edifício O Lucas (década de 1970)

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/2011/07/memoria-fotografica-centro-de-campina.html#.XfPkJuhKjIU>> Acesso em 13/12/2019.

Figura 8 - Edifício O Rique (década de 1960)

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/08/campina-grande-150-anos-banco.html#.XfPhlOhKjIU>> Acesso em 13/12/2019.

No entanto, para além de um símbolo de modernidade, destacamos os interesses

políticos e econômicos inseridos na verticalização urbana enquanto projeto urbanístico, conforme sugere Ficher (1994) e Mendes (1992). Neste sentido, Souza (1994) afirma que em meados de 1920-1930, os edifícios voltados para locação caracterizam uma nova forma de reprodução do capital nas grandes cidades do Brasil, consolidando, a partir dos anos 1930-1940, a indústria da construção civil enquanto um forte campo de investimento a partir da compra, venda e locação de imóveis.

A partir da década de 1960, se percebe no Brasil um efervescente crescimento do mercado imobiliário. Para Maricato (2001), foi “com a implementação do SFH²¹, em 1964, que o mercado de produção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, se consolidou por meio de uma explosão imobiliária” (MARICATO, 2001, p. 20). Neste contexto, entre as décadas de 1960 e 1980, em Campina Grande, já se pode perceber a movimentação de uma indústria destinada à verticalização para fins residenciais, conforme trecho abaixo retirado do Diário da Borborema e, figuras 10, 11 e 12, que demonstram o centro da cidade neste período em uma tímida verticalização:

Residencial Bambina Daniela. Localizado em setor privilegiado, próximo de pavimentação, de escolas de nível primário, secundário, médio e superior. Vendas facilitadas com amplas facilidades na aquisição. Mais um empreendimento C.S.A. Construção e Comércio LTDA. Rua Vidal de Negreiros 115, fone 321-0249 (Diário da Borborema²², 01/02/1980).

Figura 9 - Centro de Campina Grande na década de 1960

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em

<<http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS#.XI3O2ihKjIV>> Acesso em 23/6/2019.

²¹ Sistema Financeiro de Habitação.

²² A partir de agora, em referência ao Diário da Borborema, utilizaremos a sigla DB.

Figura 10 - Centro de Campina Grande na década de 1970 visto pelo bairro Alto Branco

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS#.XI3O2ihKjIV> Acesso em 23/6/2019.

Figura 11 - Centro de Campina Grande na década de 1980

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2013-11-24T08:00:00-03:00&max-results=20&start=173&by-date=false#.XI3ltShKjIU> Acesso em 23/6/2019.

O que chamamos atenção para a figura 11 é para a brincadeira que por muito tempo Campina Grande foi alvo, do símbolo de “OK” com a mão, identificando que por muito tempo a cidade possuía apenas três prédios e o Açude Velho, sugerindo a ideia da verticalização enquanto uma necessidade para os horizontes do desenvolvimento. Em demonstração à este discurso da verticalização enquanto necessidade, a figura abaixo apresenta a região do Açude Velho completamente horizontal, sendo esta região um cartão postal da cidade.

Figura 12 - Açude Velho nos anos 1980

Fonte: Acervo do Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2012-08-24T09:36:00-03:00&max-results=20&start=290&by-date=false#.XI3yRyhKjiU>> Acesso em 23/6/2019.

Em outros ângulos do Açude percebemos uma verticalização ainda tímida na cidade, conforme figuras abaixo:

Figura 13 - Açude Velho na década de 1970

Fonte: Internet. Disponível em <<http://profsdehistoriacgpb.blogspot.com/>> Acesso em 23/6/2019.

Figura 14 - Açude Velho na década de 1970

Fonte: Internet. Disponível em <<http://profsdehistoriacgpb.blogspot.com/>> Acesso em 23/6/2019.

Figura 15 - Monumento Pioneiros da Borborema em 1971

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2011-01-25T08:16:00-03:00&max-results=20&start=466&by-date=false#.XI3-_yhKjIU> Acesso em 23/6/2019.

Para pensarmos a relação entre verticalização e progresso em Campina Grande o arquiteto campinense Geraldino Duda, em entrevista concedida ao nosso projeto de Iniciação Científica, afirma que “nos movimentos da vida, o que é horizontal é monótono, continuísta. Verticalizar é crescer, progredir. A verticalização da cidade de Campina Grande confirma sua vocação progressista de todos os tempos”.

Um fator que destacamos enquanto fundamental para se pensar sobre o processo de verticalização em Campina Grande está na presença do curso de Engenharia Civil na cidade, ofertado pela Escola Politécnica desde a década de 1950, e que na década de 1970 se transformou em um campus da Universidade Federal da Paraíba. Muitos alunos e futuros engenheiros migraram para a cidade e a partir daí as construções ganharam volume nesta, como

é o caso do Edifício O Palomo, conforme explica Geraldino Duda:

O primeiro edifício que foi planejado foi o Edifício Prata, mas não chegou a ser concluído [...]. Palomo foi o um engenheiro, não me recordo bem de onde ele era e, veio estudar em Campina Grande, engenharia. Foi criada a escola de engenharia em Campina, ele veio estudar e aqui ficou e criou o Edifício Palomo [...].

O Edifício Prata foi inaugurado em 1962, no entanto, conforme lembrado por Geraldino Duda, sua construção iniciou bem antes dessa data²³. O proprietário do prédio foi o ex-prefeito Raymundo Vianna de Macedo²⁴, gestor municipal entre o período de 1945 e 1946. Uma curiosidade importante sobre o Edifício Prata é sobre a percepção ambiental das pessoas no contexto de sua construção:

José Paulino da Costa, que trabalha no Edifício Prata desde 1975, relatou uma curiosidade na construção do prédio. Segundo ele, vários maquinários utilizados para construir o Açude de Boqueirão, reservatório de água de nossa cidade, foram empregados na construção do edifício, chegando inclusive a ser alvo de piadas, ao indagarem Vianna se ele estava construindo um açude no centro da cidade (Retalhos históricos de Campina Grande, 2019)²⁵.

Apesar do teor irônico do comentário, percebe-se que, ainda indiretamente, fica implícita a sensibilidade ambiental e a preocupação com os recursos naturais.

2.2 Verticalização em Campina Grande: Um projeto de “grandeza”

Sobre este período, Geraldino Duda destaca o projeto de Austro França²⁶ para a cidade, afirmando que este “queria realmente tornar Campina uma metrópole [...], desenvolver a cidade, dar um aspecto melhor à cidade”. Segundo o colaborador, Austro França chefiou o

²³ O Edifício Prata fica situado na Rua Semeão Leal, no centro da cidade, próximo à feirinha de frutas.

²⁴ Segundo o acervo digital Retalhos Históricos de Campina Grande, o referido ex-prefeito “tinha vários imóveis, entre eles, o terreno onde hoje se localiza a ‘Feira da Prata’, que inclusive leva o seu nome. Foi um dos fundadores do Jornal ‘Praça de Campina’ em 1934, do Rotary, da Embrapa, da Sociedade Rural e da Sociedade Beneficente dos Artistas, além de ser um dos responsáveis pela construção da Igreja do Rosário e do Colégio da Prata. Ainda seria deputado estadual no ano de 1946” (Retalhos históricos de Campina Grande, 2019). Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/edificio-prata.html#.XcbfPzNKjIU>> Acesso em 9/11/2019.

²⁵ Informações obtidas no acervo digital do Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/edificio-prata.html#.XcbfPzNKjIU>> Acesso em 9/11/2019.

²⁶ Engenheiro e arquiteto nascido em Campina Grande em 1922 e formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) em 1948. Concretizou em Campina Grande dezenas de obras, sobretudo condomínios de alto padrão que até hoje são referências, a partir de sua empresa Belfran Engenharia e Promoções Ltda. Dentre suas principais obras estão a ampliação e reforma da Praça Clementino Procópio, a maternidade ISEA e o Teatro Municipal Severino Cabral (junto de Geraldino Duda). O blog Retalhos históricos de Campina Grande definem como “o verticalizador de Campina Grande” (Retalhos históricos de Campina Grande, 2016). Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2015/07/revista-campina-seculo-e-meio-n-04.html#.XQ_IG-hKjIU> Acesso em 23 de junho de 2019.

Departamento de Planejamento e Urbanismo, na gestão do prefeito Severino Cabral (1959-1963), que, segundo o mesmo, também era outro homem de visão e foi uma personalidade política importante para este período de modernização da cidade; “esse povo todo era audacioso”, reforça o entrevistado.

Dialogando com Pesavento (2007), sugerimos pensar que os processos de urbanização que se alinham a ideais de modernização, “realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 17), neste sentido, estes projetos, dialogam com “as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela” (PESAVENTO, 2007, p. 15) em que se inserem os discursos imagéticos representados pela cultura material da cidade.

Em se tratando deste jogo de representações do (no) espaço urbano, Chartier (1990) nos ajuda a pensar nestas transformações paisagísticas enquanto resultado de uma construção coletiva, determinada “pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). O autor ainda chama atenção para o fato de que estas

lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para Geraldino Duda, Campina Grande neste período era uma cidade industrial, possuindo indústrias, prensas de algodão e minério; neste sentido, reforça que “Campina foi sempre audaciosa, nessa questão de edifício Dr. Austro lutou muito por isso, para verticalizar Campina [...], então ele fez vários edifícios, foi quem mais construiu, foi ele”. O entrevistado conclui afirmando, a partir do seu lugar de fala enquanto engenheiro e arquiteto, que “uma cidade que se verticaliza todo mudo acha que ela está em desenvolvimento”.

Em pesquisa realizada no Átila Almeida, a partir das leituras do Diário da Borborema, percebemos na década de 1980 discursos que recuperam a vocação progressista de Campina Grande e a ânsia pelo progresso. Nestes discursos, a atuação dos comerciantes chama atenção para pensarmos como a noção de desenvolvimento e progresso estava na ordem do dia, conforme citação abaixo:

Nenhum povo poderá alcançar índices desejáveis de progresso, sem que, para isto, conte com uma estrutura de Comércio. [...] Nesse conjunto, a participação de nós, comerciantes, é por demais importante, indispensável no processo de progresso acelerado que vive o nosso país. [...] A nós [comerciantes], como importante segmento da sociedade, foi reservado o papel de defensor dos grandes interesses nacionais que,

por fim, traduzem os nossos próprios (DB, 01/02/1980).

Sobre a ânsia de Campina Grande em se colocar em igualdade aos grandes centros urbanos, destacamos a seguinte publicação do jornal na década de 1980:

O empresário campinense Raimundo Lira, ao discursar, anteontem, no jantar de homenagens oferecidos pelo Governador Tarcísio Burity e pela Secretaria de Finanças aos 100 maiores contribuintes do Estado, exortou o Governo do Estado a consolidação e permanência do “status” de Campina Grande, como maior cidade do Norte e Nordeste do Brasil. [...] Campina Grande, em sendo uma cidade do interior, é equivalente à capital [...]. Essa situação, explicou ele, é mantida por ser a “Rainha da Borborema” [Campina Grande] um centro irradiador de progresso para todo o Estado [...] (DB, 01/02/1980).

Percebemos, portanto, um discurso de grandeza presente na imprensa sobre a cidade, não somente na imprensa, mas estes discursos também estão postos de outras formas, como na escrita da história da cidade feita pelos primeiros escritores que o fizeram, conforme discutido no capítulo anterior, na produção imagética da cidade do “maior” São João do Mundo, capital do trabalho e Liverpool brasileira, nas produções artísticas, dentre outras formas de produzir discursos de grandeza sobre a cidade.

Ainda sobre o período de 1980, em entrevista concedida ao nosso projeto de Iniciação Científica, Antônio, que residia na cidade neste momento, destaca que no período de gestão “de Ronaldo²⁷, ele colocou umas cabines quadradas, imitando aquelas cabines quadradas de Londres, ele reformou as praças, [...] deu um ar de modernidade, embora fossem obras mais pontuais”. Sobre estas cabines e este período, a colaboradora Maria do Socorro destaca que

tinha a Telemar, a Telemar era ali onde é a Oi, hoje em dia é onde é a Oi; aí ali na Telemar tinha um monte de cabine, porque nessa época não existia celular, era só orelhão, aí quem quisesse ter mais privacidade, aí pagava a ligação, aí ia para as cabines, cada um ia para uma cabine e ligava para o seu destino, para quem você queria, principalmente interurbano [...]. Aí ficava cada um numa cabine, aí se tivesse muita gente esperando, as pessoas ficavam esperando, quando as cabines iam desocupando as pessoas iam ocupando.

Quando perguntada sobre a presença de prédios, a colaboradora afirma: “Eu só me lembro desses três²⁸... não, tinha aquele, o Edifício Prata né... Mas assim, os edifícios maiores eram o Rique, o Palomo e o Lucas”, quando questionada sobre a presença dos prédios nos bairros a colaboradora afirma que não existia prédios, “como hoje em dia tem o Alto Branco, a Liberdade, o Catolé, não existia não, não tinha não, isso aí foi tudo feito depois”.

Sobre o início da verticalização em Campina Grande, Antônio afirma que esta ainda

era uma cidade basicamente horizontal, a gente dizia que Campina Grande tinha dois

²⁷ Ronaldo Cunha Lima, gestor municipal nos períodos entre janeiro e março de 1969; e entre 1983 e 1988.

²⁸ Os edifícios O Rique, O Palomo e O Lucas.

prédios: o edifício Lucas e o edifício Rique. Para nós, aqueles prédios eram exemplos de arranha-céu, porque, de fato, quando eles foram construídos (que um empresário construiu um e aí o outro empresário que era concorrente, que era inimigo, fez o outro maior) quando eles foram construídos, numa cidade do Nordeste, do interior do Nordeste, aquilo ali era uma coisa impensável, era um símbolo de modernidade, Campina Grande era uma pequena São Paulo, uma pequena Nova Iorque, então, não havia prédio mais altos.

No entanto, Maria do Socorro chama atenção para não perdermos de vista que, Campina Grande já era grande nesse período, que depois cresceu muito, mas que nesse período já era grande. Conforme comentou Geraldino Duda, tratava-se de uma cidade industrial; nesse sentido a colaboradora Maria do Socorro faz este adendo.

Após a reabertura política, em 1985, as cidades criaram projetos de desenvolvimento, dentre estes destacamos os planos diretores das cidades, em que “a determinação constitucional [...] definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes” (BONATES, 2010, online). A partir disto, o processo de verticalização em Campina Grande se intensifica, a partir do Plano Diretor da cidade publicado em 1996, em cumprimento da Lei nº 3.236, abrindo espaço para a indústria do “bem morar”, representada pelas construtoras e imobiliárias.

Em análise à política dos planos diretores, Antônio acredita que

o Plano Diretor das cidades é uma mera ficção, [...] ninguém leva a sério. [...] na gestão de [confidencial]²⁹ tinha que ter a discussão do Plano Diretor participativo, então foram feitas oficinas de última hora, com pouca divulgação, e assim, “então, tem que fazer, se não, pelo prazo da lei a gente não vai poder receber dinheiro do Ministério das Cidades”, aí organiza de última hora, não divulga [...], chamam os partidários, só para tirar foto, mandar para o Ministério, dizer que tinha gente... Não houve realmente uma discussão com a sociedade.

A partir da fala acima percebemos o cenário político de interesses, associando transformações urbanas a interesses políticos e econômicos. Todavia, é a partir do Plano Diretor de 1996 que a verticalização da cidade toma maiores proporções. Neste sentido, o próximo capítulo se lança a investigar as transformações na cidade a partir da publicação do Plano Diretor de 1996 e sua atualização em 2006 e analisar alguns dos impactos socioambientais produzidos pelo processo de verticalização da cidade.

²⁹ Inserimos esta marca de confidencialidade na transcrição a pedido do colaborador.

CAPÍTULO 3

POR UMA CIDADE QUE SE DIZ GRANDE: A CAMPINA DO SÉCULO XXI E AS CONTRADIÇÕES DO PROGRESSO

Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas [do anjo da história] com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1987, p. 226).

3.1 Campina Grande: A cidade (vertical) do século XXI

A partir do Plano Diretor de 1996 percebemos um projeto de cidade conduzido por ideais de “desenvolvimento”. Em delimitação de zonas de ocupação da cidade, o Plano Diretor a divide entre Zona Urbana e Zona Rural, sendo a Zona Urbana subdividida entre Zonas Adensáveis, Zonas de Ocupação Indicada, Zonas Não Adensáveis e Zonas de Expansão; com o objetivo de estabelecer uma “ordenação do uso e ocupação do solo, no sentido de compatibilizar o crescimento do Município com a infraestrutura disponível, inclusive, sistema viário e transportes, racionalizando a apropriação dos investimentos coletivos” (Plano Diretor de Campina Grande³⁰, 1996, p. 3, grifo nosso).

A partir de então, o mercado imobiliário teve uma forte atuação na ocupação do solo urbano, inclusive redefinindo zonas edificáveis, até que em 2006 o Plano Diretor da cidade é atualizado³¹, a partir do processo de verticalização em curso e da criação do Estatuto da Cidade, em 2001³².

Nesta atualização, o Plano Diretor define que:

Art. 15. São objetivos da Zona de Qualificação Urbana: I – ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infraestrutura disponível; [...].
Art. 19. São objetivos da Zona de Recuperação Urbana: [...] IV – incentivar a

³⁰ A partir de agora, em referência ao Plano Diretor de Campina Grande, utilizaremos a sigla PDCG.

³¹ Lei complementar Nº 003, de 9 de outubro de 2006. Disponível em <http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Plano_Diretor_2006.pdf> Acesso em 4/10/2019.

³² Lei Nº 10.257/2001.

construção de novas habitações de interesse social;
Art. 20. A Zona de Expansão Urbana é aquela onde o uso e a ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade. (PDCG, 2006, s/p).

O parágrafo único do artigo 21 ainda define que “o direcionamento previsto no caput deste artigo não exime o Poder Público municipal de prover de condições necessárias à ocupação urbana outras áreas geográficas da cidade” (PDCG, 2006, s/p), o que sugere pensar que a expansão urbana a partir da construção civil significava crescimento e desenvolvimento, que se confirma nos artigos terceiro e quarto do Plano:

Art. 3º O Plano Diretor estabelece ações para a estruturação do espaço urbano, visando ao desenvolvimento integrado entre a área urbana e rural do território do Município.
Art. 4º O Plano Diretor constitui instrumento fundamental para a implementação da política de desenvolvimento urbano municipal, ao qual devem adequar-se o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município. (PDCG, 2006, s/p, grifo nosso).

A redação do Plano apresenta frequentemente palavras como “progresso”, “desenvolvimento”, “crescimento”, dando um indicativo de que este documento visava materializar um projeto ousado de crescimento urbano, conforme trecho abaixo:

Art. 10. A gestão urbana do Município de Campina Grande tem os seguintes objetivos gerais: [...] XI – a aplicação dos instrumentos urbanísticos e tributários para fomentar o pleno desenvolvimento do Município e para que a cidade e a propriedade cumpram as suas funções sociais. (PDCG, 2006, s/p, grifo nosso).

O artigo 22 ainda define que,

acompanhando o progresso da cidade, os Poderes Públicos municipal, estadual e federal, cada um em sua esfera de competência, proverão as citadas áreas de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades econômicas e dos serviços públicos, através da implantação de saneamento ambiental, energia elétrica, equipamentos públicos de educação, saúde, lazer, cultura, transporte público, assistência social e segurança. (PDCG, 2006, s/p, grifo nosso).

A atualização do Plano Diretor também estabelece uma política de modernização dos meios de produção industriais, os quais se insere a indústria da construção civil. Neste sentido, o Plano estabelece que

Art. 123. A Política Municipal de Gestão Urbana para o desenvolvimento econômico observará as seguintes diretrizes: [...] III – a compatibilização do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico com a proteção do meio ambiente.
Art. 124. São objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico: [...] VI – incentivar a qualidade e a produtividade no Município, bem como a produção de pesquisas, monografias e teses sobre o desenvolvimento do Município; [...] IX – incentivar o surgimento de microempresas e a promoção da assistência tecnológica necessária ao seu desenvolvimento. (PDCG, 2006, s/p, grifo nosso).

Percebemos, portanto, o desenvolvimento e o progresso enquanto partes de projeto para a cidade, bem como, a presença dos setores da política e da economia enquanto agentes

ativos deste projeto, representados pela gestão municipal e da indústria do “bem morar”. De acordo com os idealizadores do Plano, este pode ser conceituado como “o conjunto de normas e diretrizes técnicas, reunidas para o desenvolvimento global do Município, conforme almejado pela comunidade local, sob os aspectos físico, social, econômico, ambiental, cultural e administrativo” (PDCG, 2006, s/p).

Destacamos, contudo, as contradições do Plano Diretor ao confrontarmos com as fotografias que mostram uma cidade completamente vertical no século XXI, uma vez que o Plano reza que

a propriedade urbana cumpre sua função social quando seu aproveitamento e utilização se submetem aos interesses coletivos, anti-especulativos e de usufruto comum pela cidadania. No sentido de garantir que a propriedade urbana esteja condicionada ao disposto no Artigo anterior, o Poder Público deve: I - Reprimir a retenção especulativa dos terrenos não edificados, subutilizados e não utilizados em áreas adensáveis (PDCG, 1996, p. 4, grifo nosso).

Como observamos e grifamos, contraditoriamente o Plano Diretor se apresenta enquanto instrumento anti-especulativo.

A partir disto, o processo de verticalização em Campina Grande se intensifica, movimentando a indústria do “bem morar”, representada pelas construtoras e imobiliárias. A primeira região à qual destacamos neste contexto de efervescência da verticalização da cidade é uma das principais regiões da cidade, sendo inclusive cartão postal desta, trata-se do Açude Velho. A partir da figura a seguir percebemos o quanto a região se verticalizou.

Figura 16 - Evolução cronológica do Açude Velho

Fonte: Sander, Ferreira, Carvalho, Filho (2019)

Conforme observado, o Açude Velho no século XXI - a partir da fotografia de 2018, é uma área completamente vertical, com o céu rasgado por edifícios em primeiro e segundo plano, completamente diferente das fotografias anteriores. Abaixo podemos ver diferentes ângulos da região em 2012:

Figura 17 - Açude Velho em 2012

Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 13/12/2019.

Figura 18 - Açude Velho em 2012

Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 13/12/2019.

Figura 19 - Açude Velho em 2012

Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 13/12/2019.

Conforme observamos, e apenas dezesseis anos após a publicação do Plano Diretor, a região do entorno do Açude já possuía grandes construções concluídas e um céu tomado por edifícios, tanto em primeiro plano quanto ao fundo das fotografias. Destacamos que esta é apenas uma parte do açude, pois neste período a cidade estava em fins do seu maior período de verticalização (entre 2007 e 2012), conforme discutido na introdução deste trabalho.

Uma peculiaridade que já sinalizamos, que será melhor discutida posteriormente, é sobre a omissão das autoridades municipais a respeito da fiscalização sobre áreas preservadas, bem como as políticas públicas escassas em prol do meio ambiente. Conforme entrevista concedida ao nosso projeto, o referido colaborador Antônio chama atenção para que toda a área do Açude Velho é tombada e, conforme figuras analisadas, a determinação é abertamente desrespeitada.

Outro lugar que merece destaque é a região onde hoje se localiza o Partage Shopping. Originalmente, com o nome de Shopping Iguatemi, em 2008 mudou o nome para Boulevard Shopping, mudando novamente em 2014 para Partage Shopping, nome que permanece até os dias atuais. Para além do nome, nos últimos anos o shopping sofreu várias reformas estruturais, adequando-se aos padrões de shopping center de outras capitais nordestinas.

Figura 20 - Início da construção do Shopping Iguatemi (1997)

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2016-10-04T08:00:00-03:00&max-results=20&start=58&by-date=false#.XI3ZrihKjIU> Acesso em 23/6/2019.

Figura 21 - Shopping Boulevard em 2010

Fonte: Internet. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/hellohellenn/5574466018/in/photostream/> Acesso em 13/12/2019.

Analisando as fotografias percebemos ao fundo esquerdo da imagem 6 o início de um processo de verticalização que, para além dos recortes deste projeto, cresce exponencialmente, tornando a região do shopping uma das mais verticalizadas da cidade dos últimos anos e com uma especulação imobiliária que tornou esta região um dos metros quadrados mais caros da cidade.

As figuras sugerem a ideia de pensar a verticalização enquanto um novo símbolo de desenvolvimento e progresso dos limites atuais de modernidade, bem como associados à ideia de desenvolvimento econômico, com o destaque para o curto espaço de tempo em que este projeto cresce na cidade e o espaço que a indústria do “bem morar” ganha na cidade.

Em outros pontos da cidade também percebemos a presença da verticalização como

um símbolo presente nesta nova cidade do século XXI, em comparação à paisagem da cidade na segunda metade do século XX, a exemplo das mediações do Colégio Estadual da Prata, conforme imagem a seguir:

Figura 22 - Bairro da Prata em 2012

Fonte: Internet. Disponível em

<<https://pt.foursquare.com/v/prata/4ea48757b6347b9968acba5b?openPhotoId=511006fee4b04f29e9f39be5>>
Acesso em 14/12/2019.

O bairro da Prata é um lugar de destaque ao se falar sobre verticalização urbana em Campina Grande, sobretudo no período de maior efervescência (2007-2012). No ano de 2009 o bairro já era o terceiro da cidade em maior número de condomínios, conforme mapa abaixo:

Mapa 2 - Verticalização em Campina Grande (2009)

Fonte: Dados obtidos a partir do trabalho de Barbosa (2009, adaptado).

Desta feita, observando como a cidade se verticaliza nesta primeira década do século XXI, quais os impactos socioambientais sobre a cidade que sugerem problematizarmos os conceitos de “modernidade”, “progresso” e “desenvolvimento” que foram uma das justificativas para este projeto de urbanização?

3.2 Dos impactos socioambientais

Os primeiros impactos que percebemos se inserem na questão patrimonial da cidade, coletiva ou individualmente. Uma das problemáticas que nos orientou no início das pesquisas foi de como a sociedade lidou com a questão patrimonial, considerando “sociedade” enquanto os agentes que detêm o poder político e econômico e, os cidadãos comuns da sociedade em seus próprios paradigmas de percepção e perdas em relação ao patrimônio.

Delimitando enquanto ponto inicial de análise, nos deparamos com uma questão contraditória: a lei, a partir do Decreto-lei nº 25 do ano de 1937 e da própria Constituição Federal de 1988, prevê a proteção do patrimônio, todavia não há fiscalização no mínimo eficiente para garantir esta proteção, é o que chamamos de isonomia formal e material, ou seja, o que a lei prevê pode não se materializar. Corriqueiramente, em nome do capitalismo e da especulação imobiliária, edificações históricas são demolidas para construção de um prédio residencial de luxo ou para instalação de uma rede comercial, que em nome do “crescimento”, destroem a memória cidadina e as memórias individuais e afetivas dos cidadãos em nome deste progresso vertical.

Neste sentido, chamamos atenção para a forma como o capitalismo se apropria do patrimônio histórico para os seus interesses. Neste sentido, o professor Francisco Henrique menciona o caso do Cine Babilônia, importante cinema campinense que funcionou entre os anos de 1939 e 2000, que foi completamente reapropriado para uso comercial. Conforme destaca Francisco Henrique,

o Babilônia, que hoje se transformou num shopping center, que é uma característica dessa modernização: pegar parte da cultura de um povo e transformar em algo mercadológico, que é o que estão tentando fazer também com o Cine Capitólio. O Cine Avenida também foi destruído e com ele boa parte também da memória de Campina Grande.

Como podemos observar, o que era para ser uma memória preservada da cidade, se reduziu a escombros de memória. Antônio, citando dois casos de seu conhecimento, afirma que

lá perto da Catedral³³ existe uma casa muito bonita, do Doutor Acácio de Figueiredo, que era o irmão do ex-governador Argemiro de Figueiredo³⁴, [...] os caras foram lá e destruíram tudo na calada da noite. Teve um outro caso também, que foi do empresário [confidencial], daquela [confidencial], também destruiu a casa, mas parece que essa

³³ A região em que fica localizada a Catedral (Paróquia Nossa Senhora da Conceição) é uma das regiões mais antigas da cidade em que ainda há muitas edificações antigas.

³⁴ Ex-governador da Paraíba durante o período de 1935 e 1940.

já havia o tombamento. Então, assim, casas históricas, a gente já viu muitas serem destruídas ou descaracterizadas. [...] E aí, simplesmente não acontece nada.

A respeito das percepções individuais sobre estas demolições e perdas de partes da memória da cidade, bem como do embelezamento que as edificações antigas produzem na cidade, Maria do Socorro lamenta: “ali em [confidencial], por ali, era uma auto escola, [confidencial], cada casa linda tinha aqui nessa rua Epitácio Pessoa, tudo antiga, tudo derrubada, foi feito tudo casa nova ali, essa Epitácio Pessoa mudou todinha, porque era tudo casa antiga, com aquelas áreas³⁵, aquelas casas...”.

Antônio chama atenção para a omissão das autoridades na aplicação das leis de tombamento e proteção do patrimônio:

A gente viu até aí na construção desse [confidencial], a área do Açude é totalmente tombada³⁶, simplesmente, apesar das recomendações do Ministério Público, apesar da exigência da lei, simplesmente a [confidencial] fez besteira no licenciamento, passou por cima da autorização do IPHAEP e ficou por isso mesmo.

A impunidade apontada por Antônio dá espaço a novas demolições e, conseqüentemente, perdas irreparáveis de memórias locais. Dentro desta perspectiva, Antônio fala sobre uma conversa que teve com [confidencial], ex-prefeito de [confidencial]. Segundo o colaborador, na referida conversa com [confidencial], este lhe disse: “- Antônio, quando o construtor faz uma aberração grande eu já sei que o cara é de Campina, porque lá em Campina ele pode tudo, ele faz do jeito que quer, contra a lei, faz do jeito que quer, é totalmente livre”.

A fala de [confidencial] reforça a ideia de impunidade e desvalorização do patrimônio. Antônio ainda conclui afirmando que “os órgãos de fiscalização e controle deixam muito a desejar em todas essas matérias, mas em matéria de urbanismo parece que a coisa é pior ainda”.

As questões colocadas sugerem um projeto de verticalização associado às demandas do capital contemporâneo que consideram as construções antigas da cidade como elementos que atrapalham o “desenvolvimento” cidadão. À luz da História Ambiental, percebemos a forma como a cidade tem pensado sobre meio ambiente, a partir da desvalorização do patrimônio histórico, o que evidencia a contradição de uma cidade dita “grande”, mas ainda sem uma educação patrimonial no mínimo razoável.

³⁵ Neste momento a entonação da colaboradora muda para uma entonação de contemplação destas casas antigas, em que a visualização só é possível na memória da colaboradora, uma vez que as demolições colocam estas memórias da cidade no esquecimento.

³⁶ O Açude Velho é tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) a partir do Decreto-lei nº 22.245 de 21 de setembro de 2001 na classe “Conjunto paisagístico”. Como reza a lei, todos os bens tombados nesta categoria devem ter seus entornos protegidos e preservados.

Sobre a administração de recursos para melhoria do meio ambiente e preservação do patrimônio histórico da cidade, Antônio afirma que

pela lei, essas áreas, por exemplo, aquela área do [confidencial], essas áreas de praça, que têm lanchonete, têm restaurante, que são inúmeras, o aluguel deve reverter para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e isso nunca aconteceu, eu mesmo já cheguei a denunciar na [confidencial], na própria [confidencial], já cheguei a falar com [confidencial], mandar mensagem alertando, mas, enfim, nada ocorre.

A destruição do patrimônio destrói não somente a memória coletiva da cidade, mas também as memórias individuais que se constroem junto a estes patrimônios, tornando-se lugares de memórias individuais, conforme explica Pierre Nora (1993):

Os lugares de memória [...] são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. [...] É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos [...] (NORA, 1993, p. 21-22).

Portanto, um lugar é um lugar de memória quando se torna um lugar de memória, podendo ser coletivo ou individual. Neste sentido, Francisco Henrique narra sobre sua infância e as perdas dos lugares de memória, lugares estes que hoje se reconfiguraram a partir do processo de verticalização de Campina Grande:

Eu morei numa rua, como eu fale no início da minha fala, na rua São Paulo. Por trás da minha rua era uma espécie de chácara, era um lugar em que a gente corria, em que a gente brincava de se esconder, em que a gente jogava futebol, que a gente brincava de polícia e ladrão, ou seja, boa parte da minha infância foi nesse bosque (era uma espécie de bosque). Hoje isso se transformou numa rua, é chamada rua Rio Grande do Norte, é a rua mais nova do bairro da Liberdade, então essa rua não existia. Então isso trouxe muitas lembranças, toda vez que eu passo lá eu vejo, é uma rua sem saída hoje, porque era um ambiente em que nós brincávamos lá. Lembro que o muro da minha casa tinha um portão que dava direto para esse bosque, e aí juntava meus amigos, aquela coisa toda; e hoje lá tem prédios, ou seja, mudou completamente a paisagem.

A partir da fala do entrevistado, percebemos que a única possibilidade restante para o mesmo visitar estas memórias é pelo seu próprio cérebro, uma vez que o local físico, o palco onde estas sociabilidades e memórias pessoais se construíram, foi destruído pelos interesses do mundo contemporâneo.

De acordo com Pesavento (2007), uma

cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao

espaço e ao tempo que se realiza na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória... são ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o passado e construir o futuro (PESAVENTO, 2007, p. 14-15).

Para a autora, "sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído [...]" (PESAVENTO, 2007. p. 20).

Francisco Henrique continua narrando experiências com a natureza que a sociedade de sua época possuía mesmo dentro do compartimento urbano:

A gente tinha muito contato com pássaros: galo de campina, rouxinol, xexél de bananeira, azulão... Então eu via muito esses pássaros na minha infância, e praticamente isso desapareceu. Árvores foram cortadas, terreiros foram soterrados, edifícios foram construídos e Campina Grande assumiu essa conotação muito mais urbana do que era nos anos 70 e anos 80 no período da minha infância e da minha adolescência.

Com o mesmo tom de saudades a colaboradora Maria do Socorro narra sobre suas memórias da juventude, em que se divertia “na boate Esquina, ali onde é aquela farmácia [confidencial], a boate Esquina era ali, foi demolido, ali agora é uma farmácia, não tem nada, resto de boate não tem nada, a gente frequentava muito”, afirma a colaboradora com tom de saudades, reforçando que ela e seus amigos frequentavam muito. Sobre essas mudanças no tempo e no espaço, a colaboradora destaca que

a segurança, é a principal [mudança], a saúde também não era tão defasada como está hoje em dia, funcionava melhor, a educação também, porque os colégios estaduais eram tidos como referência, principalmente o Estadual da Prata... mudou tudo. A gente se divertia, porque a gente não... não tinha violência, a gente não tinha maldade, então a gente se divertia [...]. Campina Grande era outra cidade...

Portanto, a sensação que nos dá é que a cidade era melhor quando era menor, sugerindo pensar porque se fala de um progresso e desenvolvimento quando estes conceitos trazem consigo problemas sociais? Sugerimos pensar, então, em um crescimento relativamente descontrolado, no sentido em que problemas sociais são surgidos e o a modernidade não resolve, conforme Berman (1986) provoca, sobre uma modernidade que promete aventuras mas se esbarra e suas próprias contradições.

Quando questionada se hoje ela iria da mesma forma para essa boate, em virtude das mudanças citadas a respeito do problema social da violência urbana, a colaboradora afirma sem titubear e movimentando a cabeça que “de jeito nenhum, iria nada, de jeito nenhum, para canto nenhum. Hoje faz medo a gente ir até de carro, imagina a pé”.

Um fator interessante que Francisco Henrique pontua é sobre a transformação de uma

cidade muito mais urbana a partir dos anos 1990, a partir de uma política de “desenvolvimento” que desencadeou a construção do Plano Diretor da cidade, em 1996. Sobre estas transformações paisagísticas, o colaborador narra:

Eu me lembro também, professor, do bairro do Catolé, o bairro do Catolé praticamente não existia. Nós saíamos do bairro da Liberdade, uma turma de colegas, eu tinha 12/13 anos; e a gente ia tomar banho de barreiro, ia caçar passarinho, ia montar alçapão para prender passarinho, ia caçar preá. Então quando eu passo ali na Vigário Calixto, quando eu passo ali no bairro do Catolé e vejo aqueles amontoados de prédios ali me vem à memória um tempo bom da minha infância, e hoje o bairro do Catolé é um dos bairros mais importantes de Campina Grande. Era só fazendas, chácaras, [...] isso eu me recordo bastante da minha infância.

Maria do Socorro reforça esta percepção de crescimento de Campina Grande após a década de 1990, “cresceu³⁷ muito”, diz a colaboradora, “é outra cidade... esses prédios aqui³⁸ não tinha nenhum”, destaca a colaboradora. Quando questionada a partir de quando ela percebe estas transformações na cidade ela informa que não se recorda, na tentativa de ajudá-la a reencontrar estas memórias questiono se foi a partir da década de 1990 (pensando na publicação do Plano Diretor de 1996), a colaboradora por sua vez confirma que sim.

A colaboradora continua: “foi mudado tudo né, na cidade, mudou a cidade todinha: os bairros mudaram, o centro mudou, mudou muito o centro”, quando questionada o que ela percebe de mudanças ela afirma que “muita coisa, esses prédios né... a presença dos prédios, o comércio também aumentou muito, passou a ter concorrência, que não tinha muita, tinha, mas não era muita, hoje em dia tem muita. Mudou muito, muito mesmo, realmente é outra cidade”.

Percebemos, portanto, a palavra “mudança” dando a tônica dos relatos. A própria percepção da colaboradora a respeito de um comércio mais competitivo em termos de concorrência sugere pensar no fato de que uma cidade que cresce atrai comércio, que por sua vez movimenta a economia da cidade e muda completamente a dinâmica cidadina, a partir de processos migratórios, crescimento de oportunidades de trabalho, dentre outras questões que interferem na dinâmica populacional e nas questões sociais.

Desta feita, percebemos uma cidade completamente alinhada às transformações que atendem a interesses políticos e econômicos, representados pela impunidade e a gestão ineficiente em relação à proteção do patrimônio, bem como, como isso a associação disto à perda de memórias individuais da sociedade ao longo do tempo.

Outro problema que chamou nossa atenção esteve nos impactos da verticalização sobre

³⁷ Refere-se a Campina Grande.

³⁸ Indicando pela janela de sua residência os prédios do centro da cidade, localidade onde mora a colaboradora.

o clima da cidade, que afeta a qualidade de vida dos moradores. Campina Grande, além de compor o grupo das principais cidades interioranas do Nordeste, nos limites da economia, também sempre foi caracterizada por um clima agradável e ameno. Porém, com a intensificação no processo verticalizador da cidade, sobretudo durante os últimos 30 anos, alguns dados analisados indicam uma gradativa perda desta característica da urbe, gerando enquanto consequência dias e noites mais quentes com o passar dos anos.

A colaboradora Maria do Socorro destaca que o clima

era muito frio, era bem mais frio... aqui era considerado o brejo, era bem mais frio, aquele friozinho gostoso. Hoje esquentou muito, até o clima mudou, porque nessa época o clima era muito frio, tinha hora que a gente não aguentava tomar banho gelado não. Chovia mais, chovia muito mais que hoje em dia, tinha muito aquela garoazinha. Campina até sem ser em inverno chovia, era normal chover, porque era uma cidade do brejo, no brejo paraibano... Aqui era muito bom...³⁹

A relação entre verticalização e mudança climática sugere pensar em vários problemas sociais, como o próprio aumento da temperatura, tornando a cidade mais quente; as ondas de calor, que afeta diretamente na saúde da população e no seu consumo energético; e no caso da saúde pública, pois sugere-se o aumento no número de casos de doenças respiratórias em consequência às estas variações térmicas, bem como à poluição do ar e sua humidade relativa. De acordo com o arquiteto Nilo Nunes (2011),

os prédios, mesmo com bons projetos de arquitetura e atendendo aos conceitos ecológicos, funcionam como quebra-vento do processo de ventilação natural. As áreas posteriores às barreiras ficam sujeitas às zonas de baixa pressão e de insuficiente ventilação natural, baixa velocidade de evaporação e, conseqüentemente, sofrem aumento significativo da temperatura. As áreas ficam mais tempo úmidas, aumentando a probabilidade de proliferação dos mosquitos, em especial, o *Aedes aegypti* (transmissor da dengue). Em seguida, com mais calor há o aceleração da eclosão dos ovos e do crescimento das larvas e, portanto, um ciclo de vida com mais tempo para transmissão de doenças. Trata-se de mecanismo agravante ao desequilíbrio do “complexo patógeno” (NUNES, 2011, p. 59).

Segundo as geógrafas Monteiro e Oliveira (2013),

o aumento da temperatura ocorre devido à radiação solar que incide sobre as superfícies da Terra com vários elementos que a compõem. Essa relação possibilita, não só a iluminação natural, mas também o ganho de calor. As edificações nas cidades potencializam o ganho de calor alterando a rugosidade, a forma do relevo e a impermeabilidade do solo (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 9).

Joana Portugal Pereira (pesquisadora do COPPE/UFRJ e cientista do IPCC), em análise à problemática do clima, afirma que relatórios internacionais indicam que até 2050 teremos cerca de 250 milhões de refugiados climáticos no mundo. E teremos aproximadamente

³⁹ Conclui a colaboradora com muita saudade e saudosismo na voz.

100 milhões de pessoas em extrema pobreza devido à mudança do clima, aumentando a instabilidade política e social das regiões.

Em uma pesquisa feita por Coutinho e Brito (S/d), no campo da Meteorologia, podemos observar mudanças climáticas entre o período de 1966 e 2003 nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, a partir da relação entre a temperatura (em °C) e precipitação (através da porcentagem). Os resultados apontam que durante este recorte os dois estados sofreram uma drástica mudança na relação entre temperatura e precipitação. Segundo os autores, “este é um cenário que não deve ser descartado, pois alguns modelos prognosticam aumento da temperatura e redução da precipitação” (COUTINHO; BRITO, S/d., p. 3), ou seja, a relação proposta a partir do método da Meteorologia - entre precipitação e temperatura, apresenta uma descompensação, o que trouxe danos para a população destes estados.

Os pesquisadores concluíram que “um aumento de 3,0°C na temperatura em conjunto com um aumento de 20% na precipitação produz modificação em quase todas as áreas dos dois Estados” (COUTINHO; BRITO, S/d., p. 3). Os autores ainda apresentam um aumento de 3°C em todo Nordeste brasileiro no período analisado, impactando, desta forma, os estados os quais eram objetos da pesquisa, segundo os autores, “para este cenário observou-se modificação do clima em todas as áreas da Paraíba e Rio Grande do Norte” (COUTINHO; BRITO, S/d., p. 4).

Dantas (Et al., 2015), chamam atenção para a péssima política de preservação de dados, ou fontes, o que sugere ser uma realidade em muitos campos do saber para além da História. Segundo estes pesquisadores, na Meteorologia, “a falta de um banco de dados climáticos de longo prazo tem sido um grande obstáculo para quantificar se os eventos extremos têm mudado nas últimas décadas sobre a Região Nordeste do Brasil” (DANTAS Et al., 2015, p. 432). Desta feita, justificamos a dificuldade em apresentarmos dados gráficos sobre o clima em Campina Grande no período estudado.

No entanto, o que podemos perceber a partir do diálogo com a Meteorologia é que a cidade vai perdendo gradativamente a sua característica de clima ameno, a partir da ação antrópica sobre o espaço urbano. Segundo Dantas (Et al., 2015), as temperaturas mínimas e máximas diárias estão se elevando gradativamente ao longo do período por eles proposto, em que se insere o nosso recorte temporal. Em uma outra pesquisa, realizada por Gomes (2011), constatou-se um aumento nas temperaturas em Campina Grande no decorrer dos anos,

sobretudo nas áreas urbanas, entre o período de 1984 e 2007⁴⁰. Em nível de conjectura, a pesquisa realizada por Dantas (Et al., 2015), sugere que, dentre outras causas que influenciaram na alteração climática em Campina Grande, uma possível causa é adensamento das edificações na cidade.

Neste sentido, questionamos as promessas da modernidade expondo seus próprios paradigmas: criação de novos problemas socioambientais e permanência (não resolução) de antigos. Desta feita, Francisco Henrique destaca:

Eu lembro muito ali na Liberdade, perto da linha férrea, onde ali é era o São Braz. Ali realmente quando chovia, a gente até tomava banho, porque alagava muito, isso é tão notório que quando chove muito em Campina Grande, a primeira área a ser inundada em Campina Grande é ali próximo do São Braz⁴¹.

Percebe-se, portanto, tanto a contradição no conceito de “progresso” exposta no seio da própria cidade, quanto a permanência de problemas socioambientais, uma vez que o colaborador afirma que até a atualidade (2015, data da entrevista) o problema permanece.

Desta feita, como falar em progresso quando a cidade não consegue resolver seus velhos problemas de saneamento básico? José Lutzenberger (1926-2002), agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro, afirma que esse crescimento urbano não planejado torna as cidades “cada dia mais feias, a vida em seu seio se torna sempre mais irritante, insalubre e insuportável. As paisagens circundantes perdem seu potencial criativo, pois inexistente o cuidado e a preocupação pela sua preservação” (LUTZENBERGER, 1983, p. 34).

Expondo sua percepção crítica acerca da própria cidade, o colaborador Antônio problematiza:

na questão do lixo nós estamos mal, não temos coleta seletiva, saneamento básico a gente está mal, está péssimo, como de resto do Nordeste, mas, por exemplo, em matéria de lixo, para uma cidade do porte de Campina Grande em relação ao resto do Nordeste nós estamos pior, em matéria de arborização nós estamos pior, em matéria de parques urbanos nós estamos pior que a média, em matéria de unidades de conservação de áreas verdes aí é que a gente está ruim mesmo.

Em relação ao saneamento básico, o colaborador destaca que

apesar de ser uma cidade universitária e de ter tido grandes pesquisadores na área de saneamento básico [...] a cidade sempre conviveu com o lixão. No governo [confidencial] o lixão foi apenas transplantado, ele ainda tentou fazer um aterro, encaminhou um projeto nesse sentido, mas... Enfim, não logrou êxito. E, no governo [confidencial] passou a utilizar aquele aterro sanitário de [confidencial], que na

⁴⁰ Recorte estabelecido pelo autor.

⁴¹ Trata-se da Av. Professor Almeida Barreto, uma das mais movimentadas avenidas da cidade.

verdade nunca foi um aterro sanitário totalmente implementado. Vamos dizer assim, é óbvio que ele era melhor que o lixão, mas ele era um aterro sanitário pela metade. E, depois, parece... E aí são informações de terceiros, mas parece que a coisa desandou de vez e que ele virou o lixão mesmo, porque o aterro sanitário, ele abandonado, em um mês ele vira um lixão, se não houver gestão...

Problematizamos, desta feita, a forma como a gestão municipal se apresenta em relação ao meio ambiente, em que, em nossas análises, sugerem uma subserviência ao capital contemporâneo, conduzidas pelos conceitos de modernidade e progresso, associados a interesses políticos e econômicos. Nos limites da política, estes projetos de urbanização conotam progresso e, conseqüentemente, tornam-se armas política para os gestores, uma vez que para uma cidade “moderna” e do “progresso” os créditos ficam para o gestor. A relação entre política e economia, por sua vez, se dá a partir de um progresso executado por uma indústria que executa estes projetos de urbanização.

Estas questões de lixo e alagamento urbano, conforme citamos, não são casos pontuais nem tampouco recentes em Campina Grande, conforme destacou muito bem Antônio. A citação abaixo, retirada do Jornal da Borborema, em Campina Grande na década de 1980, apresenta as vozes dissonantes à versão oficial de progresso construída sobre as cidades:

Rua Vigário Virgínio: Não existem meio-fios, nem calçamentos e há muitos terrenos baldios, para depósito de lixo e detritos poluídos. [...] Olhem as casas com esgotos para o meio da rua... Sintam a fedentina. Rua Carlos Gomes: Os esgotos, como sempre, correm para o meio da rua, trazendo sujeira e desespero de seus moradores [...]. Uma pobreza em matéria de higiene. [...] Nunca passa o carro do lixo por aqui. Rua Josino Agra: Na parte sul, muito lixo, cavalos, terrenos baldios, sem meio-fio e nem calçamento. Fizeram um serviço dos esgotos e deixaram lá os montões de terras, com a chuva, que desgraça! Quadro triste, para uma cidade que se diz ‘grande’. Rua Vigário Virgínio: Sempre com problemas. Ali existe, numa parte, um edifício de 3 andares, onde o lixo está cobrindo o térreo baldio, com porcos e outros animais comendo a sujeira. Cheia de buracos, com o mato cobrindo as calçadas e a lama [...]. De casas elegantes, mas numa pobreza permitida e consentida pela prefeitura. Campina Grande, cidade dos contrastes! (DB, 05/07/1982).

Como podemos perceber, o jornal apresenta uma outra face da cidade na década de 1980, em que projetos de modernização fizeram parte da gestão de Ronaldo Cunha Lima e confronta os discursos sobre grandeza produzidos sobre Campina Grande. Não somente lixo e alagamento, mas também terrenos baldios, poluição, buracos nas ruas, mau odor, sujeira e esgoto à céu aberto. A ideia de “uma pobreza permitida e consentida pela prefeitura” sugere a omissão desta e a total falta de prioridade e valorização ao meio ambiente a partir do recorte analisado neste trabalho⁴².

⁴² Lembrando que a entrevista com Antônio foi realizada em 2015, ou seja, ao compararmos a data da citação do jornal, que foi em 1982, à data da entrevista, percebemos 33 anos de permanências e contrastes na noção de “progresso”.

Portanto, percebemos uma cidade completamente vertical no século XXI, alinhada aos padrões de modernidade e progresso dos grandes centros urbanos. Contraditoriamente, o custo destas transformações paisagísticas é catastrófico, a exemplo dos impactos estudados neste trabalho, em que, para a construção de cada um destes “monumentos do progresso”, parte da memória local e das memórias individuais são destruídas, reduzidas a escombros de memória.

As alterações climáticas, por sua vez, afetam significativamente na qualidade de vida da população, em especial à de menor poder aquisitivo, pois as condições técnicas arquitetônicas são inadequadas e os sistemas de refrigeração, geralmente, são inacessíveis. Semelhantemente, os bairros em que esta fração da sociedade reside são carentes, possuindo edifícios de escola, por exemplo, em que a estrutura arquitetônica afeta diretamente a qualidade de vida da população pelo aumento considerável das temperaturas diárias, causado pelo uso de materiais inadequados, intensificando o aquecimento. Para Nunes (2011), este modelo arquitetônico gera aumento na umidade das paredes internas destes edifícios, gerando “mofo” e proliferando fungos, o que sugere um aumento em doenças respiratórias, como asma e bronquite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a partir da leitura do primeiro capítulo deste trabalho, percebemos que a verticalização urbana se apresenta enquanto um símbolo de modernidade citadino associado a interesses políticos e econômicos. Desta feita, conforme analisado ainda no primeiro capítulo deste trabalho, a verticalização urbana de Campina Grande se apresenta enquanto um novo símbolo de modernidade, considerando as aproximações da cidade com tudo que é moderno e os discursos de grandeza produzidos historicamente sobre a cidade.

No segundo capítulo, percebemos o início do processo de verticalização urbana de Campina Grande enquanto projeto de urbanização e desenvolvimento citadino, a partir da construção dos primeiros prédios, da atuação da imprensa, da presença de engenheiros civis na cidade e de uma elite engajada com os discursos de “progresso”, bem como, de mecanismos legais que estimularam a construção civil na cidade, sobretudo a partir dos anos 1990, como a criação do Plano Diretor de 1996 e sua atualização em 2006.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresentou uma cidade do século XXI completamente diferente daquela analisada da década de 1980, com um desenvolvimento sem precedentes na construção civil, que rasgou os prédios da cidade com edifícios cada vez maiores. No entanto, este crescimento se apresenta em contraditório, uma vez analisados os impactos socioambientais produzidos por este “crescimento”, que confrontam os conceitos de “modernidade” e “progresso”, impactos estes analisados no terceiro capítulo deste trabalho que se limitaram à análise sobre o patrimônio e as mudanças climáticas.

Conforme bastante repetido pelo meu querido professor Iranilson Buriti, a História se preocupa com as transformações e, reproduzindo Marc Bloch, com o homem. Neste sentido, as questões ambientais, como os impactos ao patrimônio e ao clima, interferem diretamente nos modos como a sociedade construirá suas percepções acerca das mudanças sociais que o atravessam e, se deparam com suas memórias, confrontando sempre a luta entre passado e presente.

Em linhas de considerações finais, percebemos que o processo de verticalização urbana movido em Campina Grande atende a um projeto de cidade moderna, associado a interesses econômicos que se legitimam nos discursos de desenvolvimento citadino. A presença de prédios nos céus da cidade confirma a ânsia da cidade em se inserir nos limites da

modernidade e do progresso, além de afirmar também o poder que a indústria da construção civil alcançou na cidade a partir da propaganda do “bem morar”, atendendo às necessidades do capital contemporâneo.

As fotografias apresentadas confirmam a efervescência do processo de verticalização movido após o Plano Diretor de 1996, processo este com o pontapé inicial dado por Austro França, segundo entrevista com o arquiteto Geraldino Duda. Os discursos de grandeza construídos sobre Campina Grande sugerem pensar a verticalização enquanto uma necessidade da urbe, uma vez que se acreditava que Campina era grande demais para não ser vertical, bem como, o incômodo da elite com a brincadeira do “Ok”.

Os discursos sobre a violência também fizeram parte de uma teia de justificativas que colocaram a verticalização da cidade enquanto um projeto político e econômico, uma vez que este processo atrairia a indústria do “bem morar”, embora uma das memórias mais palpáveis dos cidadãos comuns era exatamente a falta de violência, o que nos sugere questionar o porquê da imprensa produzir discursos sobre esta tal violência.

Percebemos a partir das análises feitas o uso do solo enquanto palco de afirmação do homem, como lembra Le Goff (1998), mas também fortemente marcado por interesses mercadológicos. A ideia de ir em direção ao céu, conforme afirma o referido autor, sugere também um discurso de poder simbólico impresso na verticalização, imprimindo uma ideia de que crescer é progredir, é estar acima, acima inclusive de determinações legais.

As alterações climáticas e a destruição analisados no presente trabalho, em relação ao patrimônio e às memórias afetivas da sociedade, a partir de nossas análises, apresentam um projeto de urbanização e “desenvolvimento” citadino que contradizem o próprio conceito de “progresso”, uma vez que os impactos são ignorados em nome da “modernidade”.

Chamamos atenção para o fato de que, o problema não é a verticalização, pois não se trata de uma narrativa militante; mas o problema constitui-se nas mudanças negativas ocasionados pela verticalização ou por outros projetos de urbanização. Neste sentido, a epígrafe que escolhemos para abrir o terceiro capítulo do trabalho, de autoria de Walter Benjamin, propõe uma reflexão e a construção de uma narrativa que discuta o lado sombrio da modernidade e contrarie o conceito de “progresso”, tão vislumbrado historicamente a partir da produção e reprodução de uma ideia positiva do progresso.

Caminhando para as palavras finais, reforçamos que a verticalização urbana em

Campina Grande, no período analisado e a partir das fontes utilizadas, atende a um projeto de destruição e desvalorização ambiental em nome de monumentos que são construídos em nome do progresso, da modernidade e do desenvolvimento, mas destruindo memórias coletivas e individuais, bem como produzindo outros problemas no cotidiano da sociedade em relação à alteração climática analisada, que, conforme discutimos, provoca outros problemas, a exemplo de doenças respiratórias.

Por fim, destacamos que esta foi nossa contribuição ao tema, uma vez que, para Morin (2003; 2007), não há certezas nem verdades absolutas na ciência ou um saber acabado, o que nos faz ansiar por mais pessoas que se interessem por esta temática e também deixem suas contribuições, inclusive apresentando possíveis equívocos desta pesquisa, o que acrescentará para o nosso conhecimento e experiência. Deixamos claro que as impressões, análises, justificativas e as seleções que fizemos partem das questões-problemas e objetivos que estabelecemos para alcançar. Portanto, considerando as múltiplas possibilidades teórico-metodológicas da História, deixamos outras abordagens e indagações para outras pessoas que se interessarem pelo tema.

REFERÊNCIAS

1. Bibliográficas

AGRA, Giscar Farias. *A Urbes doente medicada: A higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

_____. *Modernidade aos goles: A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2008.

AGUIAR, José Otávio.; ALVES, Gutierre Farias. *História do movimento ambiental paraibano: A luta contra os espigões na orla marítima de João Pessoa, no período de 1981 a 1989*. In: Revista Humanidades, v.30, n.2. Fortaleza, 2015.

AGUIAR, José Otávio. *Construção civil, acidentes de trabalho em Campina Grande/PB: Um estudo da trajetória de vida dos trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)*. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016.

_____. *História Ambiental Urbana e mobilização das ONGs de classe média contra a verticalização: O caso de Campina Grande, PB (1996-2015)*, 2017.

_____. *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)*. Projeto de Iniciação Científica. Campina Grande, 2018-2019.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. 1.ed. Campina Grande: Pedrosa, 1962.

_____. *História de Campina Grande*. 2.ed. João Pessoa: EDUFPB, 1979.

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. 50 anos do “O direito à cidade”: Repensando a (re)produção dos conjuntos habitacionais de interesse social em belo horizonte. In: *Revista de Direito da Cidade*. v.10, n.4. Belo Horizonte, 2017.

ALVES, Gutierre Farias. *Espigões na praia? Debate sobre a verticalização na orla marítima de João Pessoa, no período de 1981 a 1989*. Monografia de Graduação apresentada à Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2015.

_____. *História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): Estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978-1989*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2017.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parayhba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: Estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-*

econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001.

BARBOSA, Adauto Gomes. Análise do mercado imobiliário de Campina Grande (PB) a partir da construção de condomínios horizontais e verticais. In: *Encontro Regional de Estudos Geográficos X*. Campina Grande/PB, 2009. Políticas de (de) envolvimento da/na região Nordeste: Uma leitura Geográfica. Campina Grande: Realize editora, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História (1940). In: *Obras Escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONATES, Mariana Fialho. Leis que (des)orientam o processo de verticalização: Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística. In: *Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*. Buenos Aires, 2010, online <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/517.htm>>.

BORGES, José Elias Barbosa; ALMEIDA, Humberto de. (Org.). *100 anos de Elpidio de Almeida 1893-1993*. Campina Grande: Epigraf, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: Uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2006.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Caravelas, 1997.

CASAL, Manuel Aires. *Corografia Brasílica*. Fac-simile do frontespício da Primera Edição (1817). Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1947.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1997.

COUTINHO, M.D.L.; DE BRITO, J.I.B. *Modificações no clima da Paraíba e Rio Grande do Norte*. S/d.

DANTAS *Et al.* Tendências anuais e sazonais nos extremos de temperatura do ar e precipitação em Campina Grande-PB. In: *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.30, n.04, 2015.

DO Ó, Alarcon Agra. *O leito de procusto: Nacional-desenvolvimentismo e Educação (Campina Grande, 1959)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1996.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: Uma história dos costumes*, v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. In: *Espaços e debates*, n.37. São Paulo, 1994.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte : Fino Traço, 2012.
- GOMES, L.C.F. *Dinâmica da temperatura da superfície em reposta às alterações na cobertura e uso do solo utilizando técnicas de sensoriamento remoto*. Dissertação defendida ao Programa de Pós-Graduação em Meteorologia da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. 1892.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Annales: Economies, Sociétés, Civilisation*. 29. 1974.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: Conversações com Jean Lebrun*. Reginaldo Carmello Correa de Moraes (trad). São Paulo: UNESP, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 2006.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da "Rainha da Borborema": Uma História Social da escravidão em Campina Grande. Século XIX*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2008.
- LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: Movimento, Editora da UFRGS, 1983.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil cidades: Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDES, César Miranda. *Edifício no jardim: Um plano destruído - A verticalização de Maringá*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1992.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: Repensar a reformar, reformar o pensamento*. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. *Disciplina e espaços: Construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1997.
- NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite: Prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2007.
- NASH, Roderick. Environmental history. In: Herbert J. Bass (Ed.). *The state of American history*. Chicago: Quadrangle Press, 1970.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n.10. São Paulo, 1993.
- NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. In: *Revista Complexus*. Ano 2, n.3. Santos, 2011.
- PEREIRA, William Eufrásio Nunes. *Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2008.
- PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. (Orgs). *Narrativas, imagens e práticas sociais: Percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.53, 2007.
- _____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- REZENDE, Antônio de Paulo. *(Dês) Encantos Modernos: História da cidade do Recife na década de vinte*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1992.
- SAMPAIO, A.J. *Fitografia do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.
- SANDER, Rafaela Cristina.; FERREIRA, Yuri Vieira Brandão.; CARVALHO, Shalana Santos.; FILHO, Mauro Normando Macedo Barros. Áreas urbanas em beira d'água: Análise de integração dos Açudes Velho e de Bodocongó com a cidade de Campina Grande, PB. In: *Anais XVIII ENANPUR*. Natal, 2019.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Hilmaria Xavier. *Memórias do chorume: Sensibilidades urbanas e o lixão de Campina Grande (1992-2012)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2018.
- SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2002.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: A verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- WORSTER, Donald. *Nature's economy: A history of ecological ideas*. New York: Cambridge University, 1994.
- _____. Para fazer História ambiental. In: *Estudos Históricos*, vl.4, n.8. Rio de Janeiro,

1991.

Digitais

Banco de Dados da Rede do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Disponível em <<http://www.inmet.gov.br/projetos/rede/pesquisa/inicio.php>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Campina Grande*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *O aumento da verticalização no país*. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-aumento-da-verticalizacao-no-pais.html>>.

Repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#>>.

Repositório da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/>>.

Repositório da Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em <<http://ppgh.ufcg.edu.br/index.php/processo-seletivo>>.

Repositório da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50>>.

Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11965>>.

SOUZA, Beatriz. *As 200 cidades mais populosas do país*. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-200-cidades-mais-populosas-do-brasil/>>.

FONTES E ARQUIVOS

1. Fontes orais

ANTÔNIO (Pseudônimo). Entrevistador: José Otávio Aguiar. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/Procad) intitulada *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)* em 2015.

DUDA, Geraldino Pereira. Entrevistador: José Otávio Aguiar. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/Procad) intitulada *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)* em 15/09/2015.

FILHO, Francisco Henrique Duarte. Entrevistador: José Otávio Aguiar. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/Procad) intitulada *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)* em 19/08/2015.

GOMES, Edith Cardoso de Araújo (Maria do Socorro). Entrevistador: Felipe Cardoso de Souza. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/Procad) intitulada *Mundos do trabalho: A construção civil em Campina Grande/PB e os trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996-2013)* em 8/11/2019.

2. Fontes fotográficas

Retalhos históricos de Campina Grande (Arquivo digital Retalhos Históricos de Campina Grande disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com>>).

3. Fontes documentais

Plano Diretor de Campina Grande/PB de 1996 - Lei Nº 3.236 (Arquivo digital da Prefeitura Municipal de Campina Grande disponível em <<https://campinagrande.pb.gov.br/>>).

Plano Diretor de Campina Grande/PB (atualização em 2006) - Lei complementar Nº 003 (Arquivo digital da Prefeitura Municipal de Campina Grande disponível em <<https://campinagrande.pb.gov.br/>>).

4. Fontes jornalísticas

Jornal Diário da Borborema (Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida - Endereço: R. Baraúnas, bairro Universitário, Campina Grande/PB).